



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SETUBAL

Realizada em 25 de novembro de 2016

N.º 6/2016

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, realizou-se, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Rogério da Conceição Palma Rodrigues, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Jerónimo Manuel Fragosos Lopes, Alberto Manuel Sousa Pereira, Primeiros Secretários da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I – VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Rogério da Conceição Palma Rodrigues, João Afonso Almeida Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Nuno Filipe Cação Marques, João António Vicente, Luís Alberto Miranda Custódio, Joaquim Pereira Pires, João Gordo Martins, Anita da Conceição Birrento Vilar, Nuno Miguel Batista Lopes, Joaquim Manuel Carvalho Marcelino e Sónia Margarida Grenho dos Santos Casmarrinha.

Partido Socialista – Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra Dores Paz Rodrigues, José Luís do Rosário Barão, Carminda Augusta Tristão dos Santos Ferreira, Joel Alexandre Neves Marques, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes e Manuel Jorge da Silva Esteves.

Coligação Partido Social Democrata e Centro Democrata Social – Nuno Miguel Miranda de Magalhães, Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, Paulo Rui Santos Reisinho Valdez e Fernando Manuel Monteiro.

Bloco de Esquerda – Henrique João da Costa Guerreiro, Maria do Rosário Júlio Fialho Amaral e Albérico Afonso Costa Alho.

Azeitão no Coração – Celestina Maria Agostinho Brito Neves (Presidente da Freguesia de Azeitão).

Presidentes de Junta – Rui Manuel Rosário Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal), José Inácio Correia Belchior (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra) e Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal Maria da Dores Marques Banheiro Meira e os Srs. Vereadores: Manuel Joaquim Pisco

Lopes, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Fernando Miguel Catarino Costa, Sandra Marina Lopes Frota Gomes, Fernando Jorge de Oliveira Paulino e Luis Filipe Alexandre Rodrigues. Apresentou pedido de substituição o Sr. Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente sob o registo n.º 1.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedido de renúncia, Catarina Maria Pinheiro Pereira e Esmeralda Costa Marques, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 e 3, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Carlos Manuel da Conceição Batista, Ilídio Fernandes Ferreira, Teresa Alexandre Malveiro Andrade, Sandra Cristina Rei Paulino Lopes e Arménio Silva Duque, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada da Coligação PSD/CDS-PP apresentou pedido de substituição, Maria Júlia Rodrigues de Oliveira Alves da Silva conforme documento registado sob o n.º 9, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, Nuno Miguel Rodrigues Costa, tendo sido substituído pela secretária Mónica Maria Cabaço Leitão, conforme documento registado sob o n.º 10, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Alberto Manuel Sousa Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Domingos Moreira Semedo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Marco Ruben Santos Martins Catarino Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Carmen Marinho Ribeiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua tomada de posse e respetiva substituição, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 11.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PSD/CDS, Margarida Alexandra Ribeiro Pires Fernandes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à sua substituição.

Presidente da Mesa – O Sr. Deputado Jerónimo Manuel Fragoso Lopes renunciou às funções de Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal (conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12).

Na sequência desta renúncia propunha que se procedesse à eleição de Primeiro Secretário para ocupar o respetivo lugar. Pedia às bancadas que apresentassem os seus candidatos caso considerem conveniente.

João Luz (CDU) – A bancada da CDU propõe para o lugar de Primeiro Secretário o Deputado Alberto Manuel de Sousa Pereira.

Vitor Ferreira (PS) – Não temos qualquer proposta.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Por proposta da CDU, não temos nenhuma proposta.

Henrique Guerreiro (BE) – Não temos nenhuma proposta.

Presidente da Mesa – Vamos proceder ao escrutínio secreto relativamente à proposta apresentada pela bancada da CDU para Primeiro Secretário da Mesa o Deputado Alberto Manuel de Sousa Pereira.

O resultado da votação da eleição do Deputado Alberto Manuel de Sousa Pereira para Primeiro Secretário da Mesa foi de 36 votos expressos, sendo 31 a favor e 5 contra.

Nessa sequência agradecia ao Sr. Deputado Jerónimo Manuel Fragoso Lopes toda a colaboração que tem dado e que vai naturalmente dar na bancada e pedia ao Sr. Deputado Alberto Manuel de Sousa Pereira que tomasse o lugar para que foi eleito na Mesa como Primeiro Secretário.

Entrou na sala de sessões o Sr. Deputado Domingos Semedo.

d) Faltas

Não houve.

e) Projeto de ata

Não havendo intervenções foi o projeto de ata n.º 4/2016, de 30 de setembro e 4 de outubro de 2016, submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta.

II – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Vamos ter um tempo constituído por 30 minutos na sua totalidade, que se destina à intervenção do público. Temos dois cidadãos inscritos para intervir. (conforme documentos registados sob os n.ºs 13 e 14, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Sr. Paulo Lobato – O que me traz aqui é o lixo italiano que está a ser depositado em Setúbal. Embora exista um Ministro do Ambiente que considera banal o tráfego de lixo a nível internacional, é verdade, mas temos de ter em conta a origem desse lixo. Vários países, incluindo Marrocos, Noruega, e países do norte da Europa até precisam daquele lixo para queimar e produzir energia e recusaram-no, mas nós em Portugal vamos abrir-lhe as portas. A Alemanha que no passado aceitou aquele lixo também já lhe “fechou as portas”. Se formos ver o que dizem os procuradores da área de Nápoles não é nem abonatório e nem banal aceitarmos este lixo na nossa região. É grave o que está a acontecer e preocupa-me que exista

desde o momento da notícia até um pedido de esclarecimento e um silêncio total sobre a questão. Na zona da campanha existe uma zona de “triângulo do cancro” porque ali o índice disto aumentou, e continuamos em silêncio. Estamos a ser ingénuos se calhar, ao não tomar as precauções devidas, e se calhar no futuro vamos arrependermo-nos de não termos tomado essas precauções. Também fico preocupado pela Câmara Municipal no passado e numa intenção de investimento chamar a comunicação social, teve uma atitude de divulgação, e neste momento apenas fez um pedido de esclarecimento ao Ministério do Ambiente. No passado, segundo notícia do Jornal de Negócios chegou a haver a possibilidade da venda forçada de terrenos privados para que o investimento se realizasse. Acho que nesta situação do lixo, que é grave, a Câmara Municipal deve ser tão determinada como foi no caso do investimento chinês em Setúbal. Não deve permitir e deve demonstrar de toda a forma possível ao Sr. Ministro do Ambiente e a toda a população que não permite e nem quer aquele lixo aqui, e deve até e se possível convocar a população para participar em ações. É grave o que está a acontecer, não podemos ficar calados e não o podemos permitir.

Sr. Presidente da Mesa – Penso que exprimiu uma preocupação que é mais ou menos generalizada com problemas desse tipo.

Sr. Rogério Miranda – Resido em Azeitão e venho aqui com o objetivo de focar-me fundamentalmente sobre os problemas que se prendem com esta zona. Há problemas considerados menores, como os da cultura. Na opinião dos moradores de Azeitão existe na Câmara Municipal um excesso de centralização cultural. Não sentimos que exista descentralização, os ciclos de cinema são todos realizados no Fórum Municipal Luisa Todi, os de teatro são todos na cidade de Setúbal, a música erudita e nomeadamente os últimos ciclos sobre as sinfonias de Beethoven foram integralmente realizados na cidade. A região de Azeitão tem 72 km² e deve ter à volta de 20 mil habitantes e ninguém se preocupa com aquela gente. Fazemos de vez em quando uns fados, marchas populares, e no Natal nas capelas existe esta ou aquela manifestação de música de câmara que na minha opinião são insuficientes para os doze meses do ano. A minha chamada de atenção vai neste sentido e dou como exemplo a Câmara Municipal de Sintra que tem duas cidades, Cacém e Queluz, onde verdadeiramente se verifica uma descentralização cultural.

Também queria chamar a atenção para a Biblioteca/Museu Sebastião da Gama. Está fechada há mais de seis meses e as obras estavam previstas para serem concretizadas no prazo de três meses. Efetivamente não está em vista a realização da concretização das obras. A existência de um grupo de leitura que funcionou, e que ainda de certa forma funciona, foi atirado pelo diretor das bibliotecas municipais para as Piscinas de Azeitão num horário que não é coincidente com a maioria dos interesses dos participantes. Chamo a atenção que várias pessoas de Setúbal se deslocavam ao grupo de leitura de Azeitão para participar nele. Discutiu-se recentemente “Guerra e Paz” de Tolstói e costumo dizer que Tolstói “não sabia nadar” para ir para as Piscinas de Azeitão.

Há ainda outro problema com o Mercado do Levante nos Brejos de Azeitão, tanto quanto sei a ASAE esteve ontem em Azeitão e hoje o mercado foi selado por dois fiscais municipais. Pergunto à Sra. Presidente o que é que se pensa fazer, se aquele mercado vai ser requalificado, se não vai, se vai ser fechado, porque efetivamente estamos preocupados com isto.

III – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Assuntos de interesse relevante e interpelações ao Executivo

Carminda Ferreira (PS) – O cidadão Rui Jorge Amaro, morador na Azinhaga dos Espanhóis, que fica nas traseiras da Avenida D. João II, perto do Hospital de Setúbal, veio a esta assembleia no dia 30 de setembro reclamar pela falta de higiene e condições de salubridade em que vivem os residentes daquela zona. Na altura o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tomou nota e gostaríamos de saber se efetivamente a situação foi avaliada e se está prevista alguma intervenção camarária no sentido de prover a azinhaga de estruturas e saneamento básicos necessários. Perguntamos também a este propósito se estão identificadas pelo executivo mais situações desta natureza.

Não sei se o Sr. Presidente estará recordado do pedido que vem sendo efetuado há cinco sessões da Assembleia Municipal a propósito do processo de aquisição por este município de um milhão e 600 mil litros de combustível. Na sequência desta proposta o Tribunal de Contas solicitou determinados documentos. O Sr. Vice-Presidente ficou de nos responder por carta, o que ainda não aconteceu. Este pedido de informação por parte do Tribunal poderá não ter qualquer importância, mas gostaríamos de saber o que é que foi solicitado. A seguir a este pedido a proposta foi retirada, mas ainda assim continuamos interessados em saber. O regimento refere que a mesa deve dar imediato conhecimento à Sra. Presidente da Câmara dos pedidos de informação e esclarecimentos que lhe são dirigidos por qualquer membro da Assembleia Municipal e transmitir imediatamente a resposta obtida. Ora nem sabemos se isto foi feito porque o Sr. Presidente da Mesa nada nos diz. O que se pede em nada transcende a competência desta assembleia, e é o que diz também o que está previsto no regimento: acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara, dos serviços municipalizados e ainda das fundações, associações e empresas municípios onde o Município tenha alguma participação. Cito: “competem-lhe ainda apreciar a recusa por ação ou omissão de quaisquer informações ou documentos por parte da Câmara Municipal ou dos membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização”. Pergunto ao Sr. Presidente e à Mesa se eventualmente haverá recusa por parte do executivo em prestar esta informação. Parece-me que não, porque havendo deve o Sr. Presidente comunicar, e cito mais uma vez o regimento: “comunicar a recusa da prestação dessas informações e documentos”.

Presidente da Mesa – Vou tentar saber o que se passa com essa falta de informação e se de facto houve algum erro ou omissão que possa justificar a tal falta.

Carminda Ferreira (PS) – Esta é a quinta vez que fazemos este pedido e é a quinta vez que o Sr. Presidente responde isso, portanto esperamos que não haja uma sexta vez.

Presidente da Mesa – Foi feito algum pedido por escrito ou foi oral?

Carminda Ferreira (PS) – Fizemos um pedido há cinco sessões atrás e quisemos saber que documentos é que o Tribunal de Contas pediu, na sequência de uma proposta de aquisição de 1 milhão e 600 mil litros de combustível. O Tribunal pediu documentos à Câmara, certamente para completar o processo, e nós tivemos curiosidade de saber que documentos é que foram. O Sr. Vice-Presidente na altura não estava na posse dessa informação e disse que nos responderia por carta. O Sr. Presidente há cinco sessões que responde o mesmo, mas ainda não nos deu uma resposta efetiva.

Presidente da Mesa – O que posso dizer é que desconheço se essa carta existe ou não, e também desconheço se me foi dado conhecimento do teor dessa carta. Penso que não, mas se isso aconteceu e se efetivamente houver esse esclarecimento e não tenha sido transmitido à Sra. Deputada com certeza será feito em breve.

Carmina Ferreira (PS) – Essa proposta veio à Assembleia, portanto existe efetivamente.

Presidente da Mesa – Não duvido que a proposta existe efetivamente, tenho presente que sim, que veio. Desconheço é se houve por parte do executivo uma resposta concreta a essa questão que pôs.

Carmina Ferreira (PS) – Não houve resposta até ao momento, essa resposta ficou de ser dada por carta que até agora ainda ninguém recebeu.

Presidente da Mesa – O que posso dizer da minha parte, e correndo o risco de dizer-se que é a sexta vez que afirmo isto, é que farei todo o possível para em breve lhe dar uma informação sobre o assunto como tanto anseia.

Carmina Ferreira (PS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Henrique Guerreiro (BE) – Um comentário sobre o que disse o nosso concidadão sobre a importação de resíduos para o concelho. É absolutamente lamentável, sendo o concelho de Setúbal massacrado por uma industrialização altamente poluente feita durante os últimos anos da ditadura e os primeiros da democracia. Sendo certo que o território e a população sofreram com esse facto é também um facto que com o encerramento de algumas unidades no concelho não se conhece descontaminação ou avaliação dos resíduos deixados no território. Setúbal foi o local escolhido por um governo do PSD para instalação de uma incineradora dedicada de resíduos tóxicos e perigosos. Todos nos recordamos do que foi necessário fazer em Setúbal para impedir a instalação dessa “central de veneno”. Conhecemos tão bem que num governo já do PS se procurou instalar na Cimenteira Secil um sistema de coincineração que ainda hoje perdura. Agora são os lixos provenientes de Itália. Diríamos que estamos no domínio do karma, dos chacras. Há um karma no concelho de Setúbal que atrai resíduos tóxicos e sendo um concelho com uma pequena área territorial contém uma reserva natural, o Estuário do Sado e o Parque Natural da Serra da Arrábida. Aquilo que este concidadão nos veio dizer é que temos de agir, Sra. Presidente da Câmara. A cidade e o concelho têm de se levantar mais uma vez para impedir e travar que o concelho seja um depósito de resíduos tóxicos perigosos e de outros que nem conhecemos.

A propósito deste tema queria perguntar à Sra. Presidente da Câmara se tem informação do estado em que está a deslocalização da Carmona, S.A., de Azeitão. Teve um primeiro licenciamento em 1993, e no entanto e como todos nós sabemos, em 1994 o PDM de Setúbal classificou parte da zona de implantação da empresa em duas classes incompatíveis com a atividade industrial, nomeadamente espaços verdes de proteção e enquadramento e espaço urbanizável. No entanto foram sempre concedidas licenças precárias, foram feitas avaliações de impacto sempre condicionadas e o último licenciamento beneficiou do parecer favorável da Câmara Municipal de Setúbal. Sabe-se que a empresa adquiriu instalações na zona da SAPEC e que o licenciamento é válido até 2018. A questão que colocava é se o Sr. Presidente tem acompanhado ou tenciona acompanhar este processo de forma a que 2018 não possa ser ultrapassado e se encerre definitivamente aquela fonte de poluição na vila de Azeitão.

A última questão que quero colocar à Sra. Presidente tem a ver com uma carta que chegou ao nosso conhecimento de um concidadão nosso, de nome Francisco Ribeiro, ao Sr. Inspetor Geral do Ambiente. A carta vou lê-la porque é muito curta e espelha bem aquilo que lhe poderia perguntar. Diz a exposição deste nosso concidadão ao Sr. Inspetor Geral do Ambiente: *“Há sensivelmente dois anos expressei a minha preocupação à Sra. Presidente da Câmara de Setúbal pelo facto de estarem a ser lançados esgotos diretamente na Ribeira da Livramento, os quais na época estival são o único fluido a correr no leito da referida ribeira. A descarga de esgotos ocorre no troço de leito junto ao campo de futebol “Os Pelézinhas” na extrema da Quinta do Paraíso, atual União de Freguesias de Setúbal. Está a fazer um ano que chamei novamente à atenção da Sra. Presidente para a situação e volvido mais um ano nada feito. Face ao exposto e dada a inoperância por parte da edilidade face a esta ilegalidade e atentado ambiental resta-me solicitar a intervenção do organismo que dirige, de forma a que seja reposta a legalidade e que a contaminação dos solos, bem como a descarga diretamente no Sado cesse rapidamente. Para encenar melhor a situação descrita em anexo seguem algumas fotos”*. Essas fotos chegaram-me e tenho-as aqui, mas infelizmente não podem ser projetadas para que todos pudéssemos conviver por uns segundos com a situação descrita. A questão, Sra. Presidente, é se há data para isto terminar, se há um plano para isto terminar? É a questão que ponho e que peço uma resposta objetiva.

Manuel Véstias (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – A minha intervenção vai de preocupações que recaem na Freguesia do Sado em relação às tentativas que têm sido feitas pelo poder central de ali instalar as empresas mais poluidoras do País e recordar que na década de 2000 o governo do PDS tentou colocar ali a coíncineração, luta que travámos conseguindo com a envolvente da população travar isto. Naquele local tentaram colocar um aterro de resíduos industriais perigosos, coisa que não conseguiram pela luta das populações. Foi ali colocado então um aterro de resíduos industriais banais do qual conhecemos perfeitamente o seu funcionamento, e naturalmente com esta notícia que veio a público de que houve um concurso público para a transição de resíduos de Itália. Do que julgamos saber foi um assunto tratado entre estados, Portugal e Itália, e depois é aqui o CITRI que se candidata para receber estes resíduos que não estão classificados como resíduos perigosos e estão em quarentena por vontade desta empresa. Preocupa-nos esta questão da transação destes resíduos pelo país fora, mas também os resíduos perigosos que são queimados na SECIL e noutras cimenteiras do País, isto sem qualquer registo e ênfase por parte de alguns deputados e de alguns membros da população. Esta é a nossa preocupação, é verdade que a SECIL não está na nossa freguesia, mas está no nosso concelho e preocupamo-nos bastante com esta questão também dos resíduos perigosos. Até porque alguns resíduos, algumas lamas, passaram a ser banais e hoje são utilizadas na colocação de pedreiras. Esta é outra questão que nos preocupa também, os FC, os resíduos de construção e demolição que sem qualquer controlo ou seguimento e que são colocados em diversas pedreiras do País. É esta a preocupação que deixo na Assembleia para que também esta tome posição junto do poder central, porque esta forma de receber resíduos enche os centros de tratamento e provavelmente daqui a três, quatro ou cinco anos não temos local para colocar os resíduos que produzimos. Naturalmente que aquilo que é hoje uma receita para o Estado passa a ser uma despesa bem avultada, para além dos problemas ambientais a que estamos sujeitos. É uma questão importante, mas reforço o controle, e basta ir-se ao site da AP para ver quantas toneladas de resíduos perigosos são transacionadas neste país sem que haja conhecimento público e nosso sobre o travamento desses resíduos. Naturalmente que produzimos resíduos e não podemos olhar e assobiar para o lado, mas tem de haver um seguimento muito rigoroso em relação ao tratamento dos resíduos. É importante que o haja. Esta questão comercial é de se responsabilizar, como quando o Sr. Ministro diz

que é um resíduo banal. A Junta de Freguesia do Sado faz parte da Comissão de Acompanhamento do CITRI desde a primeira hora, por quem temos o maior respeito. Ainda ontem na reunião da comissão de acompanhamento fizemos a afirmação da nossa posição e queremos um esclarecimento efetivo em relação ao que o CITRI recebeu, porque são pedidas análises a um laboratório independente e queremos saber o resultado das mesmas, mas outros acidentes há. No dia 14 houve uma limpeza no Sado, organizada pela Ocean Life, e que tinha a ver com a poluição de todos nós, tendo recolhido mais de cinco toneladas de resíduos e nos quais havia cerca de três mil embalagens de sal refinado. Ao lado e no dia seguinte houve um derrame de gasóleo, perto da Portucel, hoje Navigator, e também não nos apercebemos de qualquer intervenção da própria empresa a explicar-nos o que aconteceu. Isto foi abafado e certamente que houve perda de vida vegetal ou animal apesar do derrame ter sido controlado. Estamos sujeitos a acidentes porque há empresas a trabalhar, por isso tem de se prevenir para não estar a atuar no remediar. É na prevenção que está a solução e não depois na resolução do problema. Na questão do CITRI teve “o padrinho”, o homem que deixou o País “de tanga”, e não podemos esquecer daquilo que travámos e que estamos disponíveis para continuar a lutar porque em relação à empresa Carmona não aceitamos na Freguesia do Sado que haja uma transferência de um problema para o outro. Aquilo que aceitamos é que os resíduos têm de ser tratados com a dignidade e o rigor que merecem.

Albérico Alho (BE) – Saudamos os presentes e especialmente os que intervieram pois trouxeram problemas da maior relevância para a nossa discussão. É um sinal de que devemos saudar. Nos últimos tempos vários dos nossos concidadãos têm estado aqui presentes a manifestar as suas preocupações, e isso é um bom sinal de intervenção cívica que só nos pode deixar satisfeitos.

A questão que queria colocar à Sra. Presidente era esta que não tem a relevância de outras que já foram tratadas hoje, no entanto não queria deixar de o fazer. O que queria saber era se nos trabalhos de preparação da obra de pintura deste edifício, dos Paços do Concelho, que se deu recentemente, se procedeu a consultas e se foram tidas em conta as alterações feitas pelo arquiteto Raúl Lino sobre a cor ou as cores que deveria ter o edifício. Como todos sabemos a autoria da construção e ampliação deste palácio foi feita sob o traçado de Raúl Lino, um dos mais importantes arquitetos portugueses do século XX, nomeadamente da primeira parte do século. Nós temos a sorte, entre outras, de ter duas obras fundamentais que são precisamente os Paços do Concelho e também o Palácio da Comenda. Os arquitetos, ou pelo menos os grandes, em projetos desta dimensão definem sempre em obra a cor ou cores que os edifícios devem ostentar. A minha pergunta é para saber se as recomendações de Raúl Lino sobre esta matéria foram tidas em conta, ou não, quando se procedeu recentemente a esta obra.

Afonso Luz (CDU) – Esta questão levantada por um elemento do público sobre os resíduos provenientes de Itália é de facto uma extrema preocupação. Tanto quanto sei a Câmara Municipal questionou imediatamente o governo sobre esta matéria, mas queria também dar nota que o Partido Ecologista “Os Verdes”, na Assembleia da República, e também no seu protesto junto do governo, apresentou com carácter de urgência no dia 4 de novembro um pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro do Ambiente sobre toda esta questão. De facto, segundo a notícia da RTP, por via marítima já foram deslocadas para Setúbal 2.736 toneladas de resíduos italianos. Segundo a mesma informação ao longo de um ano poderemos vir a receber um total de 60 mil toneladas originárias da região de Campanha, região que acumula seis milhões de toneladas de resíduos sem solução de tratamento há vários anos. Foi também referido nessa notícia que, segundo parece, a Agência Portuguesa do Ambiente que autoriza estes movimentos não informou a Inspeção Geral do Ambiente, a qual se mostrou



desconhecedora da situação. Esta Agência Portuguesa do Ambiente não inspecionou os resíduos que deram entrada em Portugal porque confiou nas análises das entidades italianas. Nas questões levantadas com caráter de urgência ao Sr. Ministro e que ainda não foram respondidas eram: quantas toneladas de resíduos entraram efetivamente em Portugal, provenientes da Itália; que acompanhamento foi dado pelas autoridades nacionais nesta matéria; quais as entidades que fizeram esse acompanhamento; que análises foram feitas; de que tipo de resíduos se trata, porque parece que nem isso se sabe muito bem; qual o nível de perigosidade que contém; qual o destino final que vai ser dado a esses resíduos; se já foi dada autorização para que o nosso país receba mais quantidades de resíduos provenientes de Itália; e porque razão se disponibilizou Portugal a receber estes resíduos e com esta dimensão. Aguardamos resposta, mas de facto não parece haver a urgência que foi solicitada.

Presidente da Mesa – Obrigado pelos esclarecimentos daquilo que se passa a nível de poder central. Isso não invalida, no entanto que de facto o esclarecimento feito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sado não seja considerado, e penso que sim, que deverá ser considerada no sentido de uma intervenção um pouco mais eficaz ou intensa, no sentido de que o problema seja solucionado ou que para isso tenda.

Patrícia Paz (PS) – A primeira parte da minha intervenção prende-se com um alerta sobre a página oficial da rede social de Setúbal. Os diagnósticos, os indicadores, o plano de atividades e outros documentos, o mais recente que se consegue encontrar é de 2013. Seria importante fazer um esforço no sentido de atualizar a informação pois desta forma não é perceptível o trabalho desenvolvido nem acesso a diagnósticos atualizados. Reitero ainda o pedido do ponto de situação sobre o processo de realojamento do bairro clandestino de barracas na Quinta da Parvoíce, se após um levantamento de necessidades já têm respostas equacionadas. Quero sensibilizar a Autarquia para a situação de famílias com menores a cargo, alguns deles na noite passada dormiram sob uma sombrinha e estão expostos a perigos ao nível das puxadas da luz com as condições climatéricas que potenciam o risco de curto-circuito. Apesar dos constrangimentos que possam existir em termos de realojamento, apelo a que se reúnam esforços para que ao menos estas famílias tenham uma resposta.

Celestina Neves (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – A minha intervenção prende-se com uma questão que já levantei aqui na última sessão, sobre o estado do muro da Quinta das Torres, ao longo da EN 10. Como disse na última sessão houve ali um forte corte de árvores, levaram as madeiras e houve umas pernadas que ficaram lá penduradas, o muro ficou desfeito e, portanto, ficou em cima da valeta da estrada. Haveria a necessidade de a Câmara Municipal pressionar a Estradas de Portugal no sentido de esta obrigar os donos da quinta a procederem à limpeza devida da estrada e do terreno. Também na última sessão falei na questão das árvores, podas, cortes e arranques de cepos, que há necessidade de ser feito em Azeitão e esta necessidade mantém-se. Até porque choveu muito esta noite, há necessidade de as máquinas irem em força para Azeitão por causa das ruas da serra e do final dos Brejos relativamente às ruas de terra batida. Volto também a lembrar o que disse na última Assembleia e fazer a defesa daquilo que apresentei, é que de facto a Câmara deverá equacionar a criação em Azeitão de um estaleiro próprio da Câmara, onde tenha trabalhadores e máquinas. Irem trabalhadores de Setúbal para Azeitão não é rentável, acabam por trabalhar três horas e meia. Penso que a Câmara no início do próximo ano deveria começar a equacionar criar ali um estaleiro, com trabalhadores fixos e máquinas em Azeitão.

Quanto a questões aqui levantadas sobre Azeitão a Sra. Presidente irá responder certamente sobre a cultura, a biblioteca, o Mercado de Levante, mas relativamente à empresa Carmona, e

até porque o Sr. Deputado Henrique Guerreiro ainda há dias falou comigo a esse respeito, quero dizer o seguinte: a junta de freguesia quer muito, muitíssimo, que a empresa Carmona vá para o Parque Industrial da Mitrena onde comprou um terreno por quatro milhões de euros, e a Câmara – também estou certa –, está desejando que vão. A verdade é que a deslocação de uma fábrica destas e as autorizações necessárias para que esta obra arranque não está sujeita simplesmente a uma licença camarária. Eu sei porque é uma situação que efetivamente me preocupa e tenho andado em cima dela. A Agência Portuguesa do Ambiente para dar um parecer já demorou dois anos e dois meses. Foram-lhe apresentados os projetos, foi-lhes pedido o parecer e sem isso não se pode começar a obra. Penso que o parecer veio na semana passada. A construção de uma fábrica daquelas dimensões está sujeita a procedimentos burocráticos muito pesados e demorados. Os terrenos onde está a Fábrica Carmona eram e continuam a ser industriais, é verdade que a Câmara tornou urbanos os terrenos ali em redor para as pessoas poderem construir. Também é verdade que as pessoas que foram lá comprar terreno sabiam que a fábrica lá estava. Compraram, porque ali os terrenos eram mais baratos, mas isso não invalida a necessidade de a fábrica sair dali, mas também sei que esta fábrica tem sido auditada e fiscalizada se calhar como nenhuma empresa no concelho e poucas no País. Até hoje nunca foi autuada. Também sei que a QUERCUS acompanhou durante muito tempo a empresa sem nunca ter tomado uma posição contrária ou ter dito que ali estava a acontecer isto ou aquilo.

A junta de freguesia quer muito que a Carmona vá para a Mitrena, estou certa que os próprios donos da empresa também querem ir e até por uma questão de custos de logística só que, tal como disse, uma das licenças pedida à Agência Portuguesa do Ambiente demorou dois anos e dois meses. Sei que na semana passada já houve um andamento e esperemos que a coisa agora corra com maior brevidade.

Manuel Esteves (PS) – Quero solidarizar-me com a preocupação que o cidadão de Azeitão veio aqui apresentar na parte cultural, pois é um problema de tal gravidade. Quero fazer também muitos reparos sobre as preocupações de Azeitão em relação à parte cultural, mas também na parte técnica, rústica e urbana. Queria saber se temos mais alguma informação sobre o problema do desvio das águas pluviais na Rua Francisco Rodrigues Simões. Se tem havido alguns contactos, como aqui já foi bastante falado. Assim também como sobre a Estradas de Portugal e o respetivo contacto para saber se há alguma evolução sobre a tal ciclovia que tanto estamos a desejar na Estrada 375, ao quilómetro nove e que tanta falta nos faz. Sobretudo para as pessoas que utilizam aquele passeio entre Vendas e Vila Fresca para se deslocarem às compras na grande superfície comercial conhecida como Pingo Doce. Perante isto e não repetindo algumas das grandes preocupações que lá vão por ora havendo queria também pegar numa célebre frase da Sra. Presidente da Câmara e com a qual fiquei muito satisfeito pois dizia e bem que era necessário elevar o estatuto da Serra da Arrábida para valorizar as comunidades. Dou-lhe os parabéns, mas gostava de saber em que ponto de situação se encontra o tal Regimento de Infantaria n.º 7 no píncaro da serra, o Forte de Albarquel para o qual já havia um projeto para ser desenvolvido, assim como o que é que se está a passar com o Forte de S. Filipe uma vez que é o cartão-de-visita desta cidade, como se diz, tão voltada para o turismo. Aquilo realmente é um desperdício não estar aberto e não ter utilidade pública. Queria também perguntar como está a questão do Palácio da Comenda uma vez que foi dito aqui pela Sra. Presidente que havia grande interesse no Município como utilidade pública. Acho muito bem que tivesse algum andamento, mais do que aquele que lá está, vandalizado e com desprezo para todos os concidadãos. Queria também perguntar se o Parque de Campismo do Outão fica com aquela obra feita e que reconheço que teve a sua utilidade este ano, mas é uma pena o resto do parque não ter a sua utilidade.

Paulo Calado (PSD/CDS) – Também queríamos manifestar a nossa preocupação com a notícia da vinda dos resíduos provenientes de Itália porque entendemos que pode de facto ser preocupante, ou não. Gostávamos de ter o esclarecimento da Câmara, mas também era importante para nós deixarmos alguns esclarecimentos relativamente a uma intervenção, nomeadamente do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sado, que equivocadamente tentou associar a coincineração às forças políticas desta bancada e aos governos por elas suportadas. Nós nada temos a ver com isso, aliás fomos dos partidos que mais lutaram em Setúbal contra a vinda da coincineração. Estivemos inclusivamente em muitas manifestações nos anos 90 contra esta situação e durante o governo de 2002 a 2005 houve alterações legislativas para evitar a coincineração no Parque da Arrábida. Percebo o que o Sr. Presidente da Junta queria referir, não era a coincineração, era a situação de depósito de resíduos, mas foi com certeza um equívoco que já está esclarecido. Naturalmente como há sempre uma visão enviesada das coisas quando foram trazidos resíduos, se calhar há mais de 20 anos para esta região, eram atentados ao ambiente. Conforme o Sr. Presidente da Junta explicou agora são situações de estado para estado, com solicitações diferentes, pelos vistos uma vez que estamos com um governo que é completamente diferente daquilo a que estamos habituados nestes últimos 40 anos. Por isso mesmo até sugeria que esta assembleia, que é pródiga em moções, saudações, etc., fizesse exatamente uma moção, elaborada pela maioria que aqui está da CDU, e à qual pertence o Sr. Presidente da Junta, contra esta situação dos resíduos que nós subscreveríamos essa mesma moção. Estando aqui quatro dos partidos que suportam o atual governo com certeza que conseguiríamos “levar a nossa carta a Garcia”.

Manuel Fernandes (PS) – Em relação à intervenção do público gostaria de agradecer as duas intervenções que foram bastante claras. Também nos preocupa a nós, Partido Socialista, o facto do que está a acontecer no que diz respeito àquilo que foi a transação dos resíduos provenientes de Itália, principalmente com a nossa prioridade e que é a saúde pública, obviamente com todas as outras que foram aqui invocadas pelas demais bancadas. Gostaria de frisar que o PS não se preocupou com esta matéria hoje, o PS preocupou-se logo na altura, nomeadamente nos dias que depois secundaram a proveniência dos resíduos para Setúbal. O que aconteceu foi que os resíduos suscitaram alguma dúvida, desde logo pela sua proveniência, porque vieram de uma zona que acumula bastantes resíduos e já aqui foram frizadas quantas as toneladas acumuladas ao longo de vários anos. Quer isto dizer que não existe naquela zona, ou porventura em Itália, o tratamento de resíduos não-perigosos como existe em Portugal desde a altura em que foram erradicadas todas as lixeiras que existiam a céu-aberto no País. Portanto a política ambiental na última década ou nos últimos 20 anos veio a dar frutos, coisa que não se verifica, por exemplo, em Itália, onde os lixos continuam a acumular-se e agora têm de os exportar para outros países, ao abrigo daquilo que são as normais transações comerciais no que diz respeito a esta matéria. O PS está obviamente preocupado com esta matéria. Na Assembleia da República os deputados fizeram um requerimento ao governo, nomeadamente numa tentativa de que o Sr. Ministro explicasse algo mais do que aquilo que veio na comunicação social e as perguntas que os deputados do PS fizeram encontram-se num requerimento. Sabendo que os resíduos estão de quarentena precisamente porque não se sabe nem a sua natureza, nem a sua dimensão ou impacto, quer a nível da zona envolvente quer para a natureza em geral e para a saúde pública, obviamente que os deputados do PS teriam de fazer as seguintes perguntas: as análises em Itália deram resultados compatíveis com o tipo de resíduos indicados no concurso internacional? De que tipo de resíduos estamos a falar? Para quando se prevê o resultado das análises realizadas em Portugal? Quando forem obtidos os resultados das análises serão elas tornadas públicas? A comunicação social deu conta da Associação Portuguesa do Ambiente, entidade competente

pela autorização do processo e que não informou a Direção Geral do Ambiente. Foi assim? Já fez? Que tipo de consequências pode ter essa ausência de comunicação a ocorrer? Quando é que a Associação Portuguesa do Ambiente implementa uma prática de informação pública atempada sobre este tipo de processos que permite inclusive dissuadir alarmismos não fundamentados?

Este requerimento data do dia 11 de novembro. A partir deste momento obviamente o PS mostrou a preocupação que deveria ter mostrado na altura certa e no local indicado. Aquilo que ainda gostaria de acrescentar é o seguinte, o Sr. Deputado Afonso Luz há pouco, até porque foi elogiado pelo próprio Sr. Presidente da Assembleia, disse ter dado aqui informações. O Sr. Deputado não deu informações, deu uma opinião pessoal porque nomeou os lixos como perigosos e eles estão precisamente de quarentena por não se saber a sua natureza, se são ou não perigosos. Essa informação ou é infundada ou o Sr. Deputado tem acesso a informação a que todas as demais bancadas da Assembleia não tiveram, porque ninguém sabe a natureza dos resíduos e nem sabe se são ou não perigosos. Ainda lhe acrescento que caso sejam perigosos não podem ser admitidos pela CITRI, porque no ponto n.º 5, do Regulamento da CITRI está claramente dito preto no branco que não são admitidos resíduos perigosos. Portanto, se forem considerados perigosos não podem ser tratados na CITRI e terão de ser devolvidos à proveniência, é o que está no regulamento.

Entrou na sala de sessões o Sr. Vereador Fernando José.

Presidente da Mesa – De facto a minha observação em relação à intervenção do Sr. Deputado Afonso Luz é que ele veio de alguma maneira esclarecer que a nível da Assembleia da República tinha sido feita alguma coisa, ao contrário do que se poderia deduzir quando aqui se falava na questão e se dizia que este problema ainda não foi ventilado de nenhum órgão do poder central. O que ele informou foi que na realidade e ao nível da Assembleia alguma coisa tinha sido dita, é a esse tipo de informação a que me referia e não a questões técnicas e como depois sublinhou.

Afonso Luz (CDU) – Não me lembro disso em altura nenhuma, limitei-me a ler aquilo que foram as questões colocadas por “Os Verdes” ao governo. Uma das perguntas é que tipo de resíduos e qual o nível de perigosidade, nunca falei em resíduos perigosos na minha intervenção.

Presidente da Mesa – Penso que a questão está esclarecida e já que estamos nesta questão de trazer mais algum conhecimento à Assembleia dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Magalhães para uma curta intervenção, pois porventura é um privilegiado no sentido de saber o que se passa na Assembleia da República e poderá esclarecer alguma coisa.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – É uma intervenção realmente curta, porque é uma matéria de facto muitíssimo sensível e carece de ser tratada com responsabilidade e com exigência. Ficámos hoje aqui a saber que foi feito, e embora o CDS também o tenha feito, um requerimento pelo Partido Ecologista “Os Verdes” ao governo e ao Sr. Ministro do Ambiente no dia 4 de novembro, e pelos deputados do Partido Socialista ao Sr. Ministro do Ambiente no dia 11. Mais interessante do que saber que foram feitas as perguntas para esta assembleia, para o público e nomeadamente para o cidadão que veio aqui perguntar, é saber se houve respostas e quais. É só isso.

Presidente da Mesa – É uma questão de facto a esclarecer e que deve ser uma das nossas tarefas futuras.

Entrou na sala de sessões o Sr. Deputado Luís Custódio.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Em relação às questões colocadas pelo Sr. Paulo Lobato tem a ver com questões similares que aqui já foram colocadas pelos Srs. Deputados Municipais em relação ao lixo italiano. Fizemos uma pergunta ao Sr. Ministro do Ambiente em relação à proveniência e a todas as questões já aqui colocadas, não tivemos resposta e ainda esta semana insistimos nos esclarecimentos que entendemos ter o direito. Também tivemos conhecimento da última reunião da comissão de acompanhamento da CITRI em relação a estas questões, estamos a apreciar a ata e vamos fazer uma reunião com a própria CITRI enquanto não temos respostas do Sr. Ministro do Ambiente.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Rogério, temos feito um esforço muito grande em relação à descentralização da cultura na freguesia de Azeitão. É só ver o plano de atividades que tem sido feito entre a câmara e a junta. Se calhar não está com a informação toda, mas convinha que estivesse. Depois, em relação a algumas questões aqui colocadas, o programa do Fórum Municipal Luísa Todí em parceria com a Orquestra Metropolitana de Lisboa, como pode imaginar não há condições para pôr esta orquestra a funcionar na Perpétua, o maior sítio de espetáculos em Azeitão e o mais utilizado. Em relação ao cinema e ao teatro já respondi na primeira parte.

Relativamente ao Museu Sebastião da Gama penso que o Sr. Rogério está com a informação toda, mas devia ter dito aqui que o edifício foi construído sem as devidas fundações. Diz “sim com a cabeça”, mas era bom que tivesse dito aqui para não ficar só com as meias-verdades, diz só a metade das coisas, e depois dá a ideia que estamos a esconder alguma coisa. O senhor sabe exatamente porque aquilo está parado, aquele edifício foi construído à semelhança de outros, como por exemplo a Fundação Escola Profissional. O edifício não tem fundações para suportar as obras que ali estão a ser executadas, nomeadamente um elevador, porque fizeram no 1.º piso uma biblioteca sem acesso a pessoas com falta de mobilidade. Nesta obra quisemos que aquilo tivesse mobilidade para todos, para pessoas que têm problemas com cadeiras de rodas e outros, portanto, quando vamos para pôr no projeto o elevador, o edifício não tinha estrutura suficiente para isso. A obra teve de parar e foi feita uma nova adjudicação a uma empresa que está a fazer essas sondagens para as fundações, já temos o resultado do estudo e estamos a preparar o reforço do edifício. O senhor devia ter posto logo a conversa toda e feito a intervenção correta e transparente. Portanto, está para começar a obra nessa biblioteca/museu.

Quanto ao Mercado de Levante dos Brejos avisámos muitas vezes que aquilo não tem condições, só lá está uma pessoa que vende pão e fruta, e está aos fins-de-semana uma pessoa que vende peixe. Não recebemos renda às pessoas, porque não tem condições, mas aquilo que prometemos vamos cumprir. Temos projetado para ali um mercado que não teve ainda continuidade, porque há problemas no loteamento que era de António Xavier de Lima, como também sabe, e todos os elementos em falta estão a ser entregues na Câmara pelo respetivo herdeiro. Mesmo que a Câmara tivesse dinheiro para fazer a obra não podia ir mexer num terreno que ainda não está devidamente regularizado e, portanto, vamos dar início, assim que estiver disponibilizada toda a legalização daqueles loteamentos, à construção daquele

prometido mercado. É evidente que a ASAE o fiscalizou e como não era de esperar outra coisa deu ordem para encerramento e nós vamos fazê-lo de imediato. Vamos conversar na segunda-feira com a única pessoa que lá está para ver se arranjam alguma alternativa até aparecer o mercado que esperamos que comece no próximo ano. Isto se estiver feita a legalização dos terrenos, como era para estar já há muito tempo e se não fosse a crise que impediu que o investidor parasse com aquele investimento e regularização. Dos lotes que tinha feito contrato de promessa de compra e venda teve de devolver o dinheiro às pessoas porque o loteamento não teve seguimento, exatamente pelo mesmo motivo, por isso quando fizemos o projeto para o investimento daquele mercado tinha tudo um contexto de há cinco, seis ou sete anos atrás, e houve aqui uma interrupção em relação a todos estes investimentos. Vamos agora recomeçar isso uma vez que o investidor está a regularizar junto do Urbanismo, já deu entrada de algumas peças que faltavam para essa regularização. Assim que isso acontecer também vamos começar a fazer a nossa parte. Segunda-feira está já marcada uma reunião com a junta de freguesia e a Sra. Vereadora do pelouro com essa pessoa para ver o que vamos fazer, se a pessoa está interessada em continuar numa situação precária nalguma casa que se possa ali arrendar para o efeito até aparecer o pequeno mercado que ficámos de ali construir.

Relativamente à Sra. Deputada Carminda Ferreira esta reunião com os moradores da Azinhaga dos Espanhóis já foi feita com o Sr. Vereador, já está planeada uma série de intervenções, mas há um problema. Desde a casinha que lá estava, de uma senhora francesa e que era casada com o nosso carregador de peixe, o Sr. Miguel. Ela “morre” se mexermos naquele lixo e já mexemos um pouco quando o Sr. Miguel era vivo. Há uma série de pessoas que têm ali galinheiros, contentores de água para regar as hortas, resíduos de animais domésticos, e aquilo é uma lixaria autêntica. Mas já estão no terreno os nossos serviços, o Sr. Vereador Carlos Rabaçal já reuniu com eles e prepararam uma série de intervenções. Foram os próprios também que combinaram entre eles retirar os galinheiros, etc... O Sr. Vereador hoje não pôde estar aqui e não sei exatamente qual é o ponto de situação, mas sei que já foi feita a reunião.

Em relação à aquisição do combustível sei que foi anulada a participação junto do Tribunal de Contas e vou fazer chegar na próxima semana a informação do que aconteceu. Já tínhamos utilizado quase todo o combustível quando começámos a dar a resposta ao Tribunal de Contas e não havia justificação de se continuar a requisição.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Henrique Guerreiro já foram respondidas algumas em relação à empresa Carmona e é exatamente o que a Sra. Presidente da Junta de Azeitão disse. Na semana passada já chegou um parecer técnico da APA e que era uma das coisas mais complicada que estavam a impedir o andamento do processo. Sabemos que o terreno na SAPEC já está a ser vedado e as coisas já estão finalmente com algum andamento. Temos a carta que o Sr. Francisco Ribeiro mandou para a entidade competente e, portanto, estamos a resolver isto com toda a celeridade. Veio à última reunião de Câmara um concurso de dois milhões e 900 mil para fazermos esta grande obra, que tem também a ver com as baías de retenção e com a regularização desta ribeira, está tudo ligado. Há uma candidatura, de acordo com o Sr. Ministro do Ambiente e um compromisso do ministério para nos ajudar também na cativação de verbas para este problema, especialmente com as bacias. O tempo para se acabar isto é um ano e tal ou sensivelmente dois anos.

Não temos as considerações de Raúl Lino, e não tenho conhecimento que as haja na Câmara, mas a existirem existiam antes do incêndio, não é? É uma boa questão, mas não tenho conhecimento. É claro que não tivemos em linha de conta as recomendações do autor que já entra na fase da recuperação do edifício.

Em relação às questões colocadas pela Sra. Deputada Patrícia Paz, o Plano de Desenvolvimento Social 2014-2018 está na nossa página, mas o Sr. Vereador Pedro Pina



poderá responder. A empresa Gonvari ficou de fazer ali a ciclovia e o passeio. Nós temos um projeto praticamente pronto para reunir com esta empresa. Depois, todas as coisas que colocou sabe que não são da responsabilidade da Câmara. A Infantaria n.º 7 não é da Câmara, o Forte de Albarquel foi cedido à Câmara e está a começar a obra, o Forte de S. Filipe não é da Câmara, mas foi esta que se substituiu ao governo para começar as obras das infraestruturas e o Palácio da Comenda não é da Câmara, mas foi esta que fez a classificação de edifício de interesse municipal. Isto veio à Câmara e à Assembleia Municipal, e a partir daí não podemos fazer mais nada pois não é a Câmara que pode comprar um edifício daqueles e a ser pedido 20 milhões e outras coisas “loucas”. Está fora de hipótese. O Parque de Campismo foi deixado numa vergonha e aquilo que foi feito pela Câmara já foi muito, já lá gastámos demais, mas até junho estará feita a segunda fase da obra. O que se fez foi para não ser mais vandalizado, com uma vedação mínima e no setor das casas de banho. Está a funcionar com as autocaravanas e bem, estão a começar a entrar. A outra parte só do campismo e um pequeno restaurante vai ser concessionado, as casas de banho vão ser feitas, para que no início de junho esteja tudo pronto para o parque abrir ao público.

(registo inaudível)

Presidente da Câmara – Qual é a rua? É a da sua mãe?

(registo inaudível)

Presidente da Câmara – Depois já vejo com a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Azeitão. A sua rua e a da sua mãe vão ser tratadas.

Presidente da Mesa – Por sugestão da Sra. Presidente dou a palavra ao Sr. Vereador Pedro Pina.

Vereador Pedro Pina – Sobre as duas perguntas da Sra. Deputada Patrícia Paz e se registei bem a primeira tinha a ver com os dados disponíveis respeitantes à rede social, e que esses mesmos dados estariam desatualizados. Numa pesquisa momentânea aquilo que lhe posso dizer é que no que diz respeito àquilo que são os dados que devem conter a informação que referiu eles estão atualizados. Ao abrirmos a rede social temos o Plano de Desenvolvimento Social de 2014-2018. Este plano considera um conjunto de diagnósticos sociais e considera um conjunto de outros elementos trabalhados pelos diferentes grupos de trabalho, que são construídos pelas diferentes entidades, estão disponíveis. Se tiver dificuldades posso mostrar-lhe no iPad pois estou nessa página. No que diz respeito à segunda questão e que tem a ver com a Quinta da Parvoíce, não queria divulgar, até por uma questão de princípio, mas num processo similar e está hoje entre nós uma munícipe que em outras alturas teve responsabilidades nesta matéria e com quem tive oportunidade de num trabalho difícil e complexo de resolvermos um problema que tinha a ver com a Mecânica Setubalense. Como a Sra. Deputada saberá na Quinta da Parvoíce o proprietário chama-se IHRU e sobre o qual a Câmara desencadeou de uma forma similar ao processo da Mecânica Setubalense, um conjunto de reuniões, solicitações, um grupo de trabalho envolvendo um conjunto de parceiros onde o próprio IHRU é parte ativa desse processo, o Centro Distrital de Segurança Social, o SEF, as forças de segurança e a Junta de Freguesia de S. Sebastião. Acompanhamos e aguardamos sistematicamente aquilo que é o desenvolvimento. Não tem a ver com aquilo que é o processo de realojamento, que é da responsabilidade do IHRU. Tem sido a Câmara a entidade que tem pressionado sistematicamente o IHRU para que sejam dadas respostas



nomeadamente no que diz respeito àquelas famílias. Posso dizer que eu próprio realizei junto daquele espaço um conjunto de visitas e levantamentos, e o Centro Distrital de Segurança Social tem um levantamento de diagnóstico no que diz respeito ao número de agregados que ali vivem. Estavam traçadas um conjunto de etapas para todo o processo de realojamento considerando questões importantes que têm a ver com os menores, nomeadamente os tempos de frequência letiva que são importantes para considerar num processo de realojamento. Estamos nesse processo continuado junto das entidades, nomeadamente do IHRU e temos acompanhado. Como sabe as situações de emergência que decorrem das situações que a Sra. Deputada descreveu não são responsabilidade da Câmara, e já que dirigiu a questão à Câmara, é importante que se saiba porque às vezes há pessoas desinformadas sobre as responsabilidades sociais, de realojamento, e as que não sendo da Câmara, mas sendo um problema que está neste município a Câmara não escamoteia qualquer tipo de atitude e responsabilidade para tentar mediar este processo. É isso que temos feito, tal como no processo da Mecânica Setubalense, e temos já uma nova reunião agendada junto do IHRU que como se sabe pelas circunstâncias da sua própria reestruturação tem outro tipo de responsabilidades. Tem-se adiado algum tipo de responsabilidade mais direta para que este processo seja desencadeado. Da parte da Câmara Municipal vamos continuar a acompanhar, estamos atentos à situação e queremos que este processo seja concluído o mais rapidamente possível. Conhecemos profundamente aquela situação e as circunstâncias em que as pessoas vivem. É uma situação difícil de classificar a dificuldade em que aquelas pessoas vivem. Neste momento as situações de emergência social correspondem àquilo que são as entidades competentes para responder, nomeadamente o Centro Distrital de Segurança Social. No que podemos responder este é o ponto de situação, do qual podemos ir dando conta daquilo que é o processo que tem vindo a decorrer e que lamentamos que não tenha sido possível ainda, até esta data, termos respostas mais objetivas sobre aquilo que nos parece importante, nomeadamente essa disponibilidade para resolver prontamente o problema.

c) Saudações, Votos e Moções

Presidente da Mesa – Foi distribuída uma saudação apresentada pela bancada do PSD/CDS, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

“SAUDAÇÃO

Cumprem-se, hoje, 41 anos sobre o 25 de novembro de 1975, data em que terminou o período a que se convencionou chamar PREC o Processo Revolucionário em Curso permitindo construção de uma Democracia pluralista e europeísta e de cariz ocidental.

Sem o esforço dos militares, com especial destaque para Jaime Neves e Ramalho Eanes apoiado pelo CDS, PSD e PS, e de muitos outros cidadãos, que arriscaram as suas vidas nos combates desse dia, a Democracia dificilmente teria sobrevivido e consolidado.

Neste sentido, o 25 de novembro fez cumprir na plenitude a Liberdade conquistada pelo Povo Português no 25 de abril de 1974.

Com todas as imperfeições de qualquer democracia, o PSD e o CDS/PP acreditam e defendem que esta continua a ser a única forma de regime político aceitável, dando voz ao povo para que, em eleições livres, possa decidir em consciência a forma como pretende ser governado.

Por estas razões, o PSD/CDS-PP reconhece que, face às dificuldades do contexto social e político da época, foi o “25 de novembro” que tornou possível salvar o essencial da Democracia e que este processo foi obra de verdadeiros heróis, cuja história e memória

importa preservar e assinalar, defendendo o que de mais precioso o 25 de abril consagrou: a nossa Liberdade.

Assim, o Grupo Municipal do PSD/CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Setúbal, reunida a 25 de novembro de 2016, que:

Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de abril de 1974.”

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Serei breve até, porque a saudação é mais do que devida e está mais do que justificada. Trata-se evidentemente de saudar, a nosso ver, todos os militares e aqueles cidadãos anónimos que arriscando a sua vida fizeram cumprir com o objetivo do 25 de abril de 1974 e da reconquista por parte do povo português da liberdade. É essa saudação à democracia, à paz e a liberdade iniciada e sobretudo realizada no 25 de abril de 1974, mas consolidada a 25 de novembro de 1975 e que se pretende assinalar nesta data.

Nuno Lopes (CDU) – Esta não é a primeira vez que somos apresentados com uma moção ou saudação deste tipo neste mesmo dia, 25 de novembro. Em relação ao documento que está apresentado, muitas vezes falam da carga ideológica que têm as moções e saudações da CDU e esta tem se não mais do que uma carga e conotação ideológica. Primeiro porque mistura Eanes com Jaime Neves e passarei depois a citações no concreto e concretamente sobre Jaime Neves sobre este mesmo período. Depois, quando se fala de plenitude e liberdade se estamos a falar daqueles que foram presos a 26 de novembro, ou se estamos a falar daqueles que foram assassinados a dia 1 de janeiro de 1976 em Custóias, durante a manifestação de solidariedade com os presos. Depois ao se misturar o CDS, o PSD e o PS, sabemos que havia crispações mesmo em elementos do Grupo dos Nove sobre aquilo que se iria passar nesse mesmo dia. Também há a discussão se é um golpe de esquerda ou se é um de direita, porque sabemos que a correlação de forças entre os militares alterou-se com a independência de Angola, vinda dos Comandos para Portugal. Estamos a falar de que apoios? Daqueles que apoiaram o 25 de novembro, nomeadamente Maria da Fonte, MDLP e o ELP que durante o Verão Quente que incendiaram as sedes do PCP e as de outros partidos de esquerda? Desses que apoiaram também o 25 de novembro? Ou estamos a falar também de Alpoim Calvão, operacional terrorista que dizia numa entrevista a Eduardo Dâmaso em 1997 que muitos queriam pegar em armas e ir matar comunistas? Também podemos citar Jaime Neves que afirma num jantar de homenagem em 1996, a 11 de janeiro, que o problema seria muito facilmente resolvido com a prisão de Álvaro Cunhal. Jaime Neves numa entrevista a um semanário, a 26-11-1983, em que afirma: “havia uma manifestação realizada pelo Partido Comunista e eu recusava-me a ir para a rua se não fosse para prender o Dr. Cunhal”. Estamos a ver a crispação que envolveu este período e não podemos esquecer de que muitos de facto queriam ilegalizar o PCP e os outros partidos de esquerda. Se não fossem os militares moderados e Melo Antunes que disse na televisão que o PCP era um partido importante para a democracia em Portugal se calhar outros queriam ir muito mais longe do que isso. Não nos podemos esquecer da crispação e daquilo que foi esse período, porque há muita gente enganada quando referem que em relação àquilo que se passou no período de 25 de novembro. Acontece que aí já não havia Vasco Gonçalves como primeiro-ministro, era Pinheiro de Azevedo, o presidente da República era Costa Gomes. Não estamos a falar disso, não estamos aqui a atirar areia para os olhos de ninguém, há coisas que devem ficar claras. É óbvio que a bancada da CDU irá votar contra esta saudação.

Albérico Alho (BE) – Penso que há pouco a dizer sobre esta moção, saudação, provocação. Trata-se de facto de um manifesto revisionista que tenta eliminar um dos períodos mais marcantes da história contemporânea. Tenta apagar da história os 19 meses não só mais importantes, mas mais decisivos da história portuguesa do Século XX. Foi neste período que se destornou a mais velha ditadura da Europa e que também se acabou com a guerra colonial e impôs o regresso dos soldados. Foi ainda neste período que se libertaram os presos políticos, que se legalizaram os partidos políticos e os sindicatos. Foi neste período que de alguma forma se começou a construir o estado social, em que o acesso à escola e à saúde deixaram de ser regalias para passar a ser direitos de todos os portugueses, e todos estes direitos não foram outorgados por ninguém, foram conquistados pelo povo e pelos trabalhadores nesta altura. Tudo isto se passou nestes 19 meses e o facto de não ter sido outorgado por ninguém dói muito à direita e aquilo que está presente nesta saudação é uma leitura muito particular destes acontecimentos. Já agora, Jaime Neves, que é referido como herói na saudação, se foi herói foi numa contrarrevolução que pretendia eliminar as liberdades. Não é por acaso que os autores desta saudação omitem os nomes daqueles que foram alguns dos principais protagonistas decisivos do ponto de vista político deste acontecimento, como Melo Antunes, Vitor Alves e outros. Colocam Jaime Neves e não conseguirão atrelar a isto o próprio Partido Socialista, acho eu, que não terá esta visão revisionista da História. Os verdadeiros heróis foram os Capitães de abril, foram os militantes comunistas, socialistas, democratas e católicos, que tiveram um papel absolutamente fundamental na génese e na implantação do regime democrático em Portugal. Esta não passa de uma pequena provocação do PSD e do CDS, e nada mais.

Afonso Luz (CDU) – Quero contribuir para este debate de uma forma diferente, pedindo desde já por ir muito além do mandato que tenho nesta assembleia, uma vez que nem o PEV nem a CDU existiam no 25 de novembro de 1975. Eu não estava no PEV, mas estava no 25 de novembro e tem havido uma tendência que penso ser propositada para alterar a história, focá-la nas instituições e organizações e fazer esquecer que essas organizações tinham pessoas lá dentro. Tem sido assim até no 25 de abril. Quem hoje ouça ou leia na comunicação social sobre o 25 de abril chegará à conclusão de que ou não houve derrotados ou se os houve foram algumas instituições, a PIDE, a Censura, a Legião, a União Nacional, mas parece que isso não tinha pessoas lá dentro. Mas aqui em Setúbal sabíamos e sabemos muito bem quem eles eram ou são, daí que ao se ler esta saudação me lembra aquela rábula de Herman José que perguntava “onde é que estavas tu no 25 de abril”, e o mesmo se podia aplicar ao 25 de novembro. Devia-se perguntar a muita gente “onde é que estavas no 25 de novembro”. Muitos dos que então no 25 de abril mudaram de camisola e começaram a usar cravo na lapela sabemos bem-quais foram os partidos que os acolheram. Sabemos bem! No 25 de novembro aquilo que agora nos é dito é que determinados partidos e organizações foram vencedoras, há aqui uns dois ou três heróis e outros perderam e foram derrotados. Assumo que fui derrotado nesta altura, e assim muitos admitissem que foram derrotados no 25 de abril. Fui derrotado porque na altura estava ligado ao Movimento de Esquerda Socialista – o MES, participei em muitas reuniões onde se tomaram muitas decisões, participei em muitos dos acontecimentos que então se passaram. Não participei apenas com membros do MES, mas com elementos de outras organizações na altura e não estava sozinho. Nesses atos e a meu lado tive muitas pessoas que após o 25 de novembro acabaram por ser figuras de destaque no PS, no PSD e no CDS. Só para dar alguns exemplos, na última escolha para Presidente da Assembleia da República estiveram a disputar o lugar um pelo PS e outro pelo PSD, dois deputados que a 25 de novembro estavam onde eu estava. Não sei também onde estaria na altura o Sr. Dr. Durão Barroso, homem da Goldman Sachs.

A pessoa que pela proximidade que tinha de mim, que mais preocupações me deu no pós-25 de novembro, não era do MES, mas de outra organização que também estava muito envolvida pela sua operacionalidade e teve de ajudar a fazer com que ele desaparecesse durante algum tempo para que nada de mal lhe acontecesse fisicamente. Exatamente a mesma pessoa que uns dias antes do 25 de novembro, porque tinha responsabilidades na gestão de tesouraria da organização, confidenciou-me que estavam a ficar sem capacidade operacional, porque tardava a chegada da remessa que mensalmente recebiam da Embaixada dos Estados Unidos. Quando faleceu, e foi fora de Setúbal, no velório e no funeral para além de familiares e amigos tinha em peso a estrutura local do CDS, partido do qual era dirigente local. Estes exemplos certamente valem o que valem, mas gostava que contribuíssem para que houvesse alguma cautela quando se apresentam saudações deste género, porque podem muito bem-estar ao lado de alguém que no fundo tenha contribuído para os atos que tanto condenam.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Parece-me que os colegas se esqueceram de algo fundamental, ler o texto. As saudações são aquilo que são e não aquilo que estávamos à espera ou desejaríamos que fossem. Esta saudação não é e nem pretende ser de forma algum qualquer tipo de ajuste de contas ou reescrever a história. Por isso mesmo nesta saudação, e tal como se referiu o Sr. Deputado da CDU a alguns episódios lamentáveis com certeza, tal como não está aqui o Cerco ao Palácio de Cristal e ao Congresso do CDS, o cerco ao primeiro congresso da JP no Teatro de S. Luiz, ou à reforma agrária, há destruição das sedes quer do PSD quer do CDS em Setúbal. Não é esse ajuste de contas que se quer fazer, nada disso está aqui. Com isto desde já digo que falar de Jaime Neves e Ramalho Eanes é exatamente sublinhar a pluralidade de pensamento e que separando estas duas personalidades históricas conseguiram-nos unir no sentido de defender um valor que julgava e quero continuar a julgar que nos une a todos, o valor da liberdade. É nesse sentido que rigorosamente em nada nos incomoda, pelo contrário, proponho, que onde se refere a Jaime Neves e Ramalho Eanes se possa acrescentar a figura de Melo Antunes. Não tenho qualquer tipo de problema em relação a essa matéria, e também Vitor Alves que foi aqui falado. Não se trata de atirar areia aos olhos de ninguém nem nenhuma provocação, Sr. Deputado Albérico Alho, pois a mais velha ditadura da Europa por acaso foi a soviética, mas a nossa era demasiado velha e terminou, e ainda bem. Aí estarei sempre consigo e com qualquer outro deputado desta assembleia, acho e espero. Portanto se é revisionismo histórico, já viu que na exposição de motivos curiosamente fala-se uma vez do 25 de novembro e duas vezes do 25 de abril. Não é por acaso e ainda bem!

Os Srs. Deputados podem votar contra, felizmente que a ditadura quer em Portugal, a segunda mais velha, quer na União Soviética, a mais velha, já acabaram. Agora, votem em consciência. Votem a saudação que está para ser votada que diz apenas isto: *“a Assembleia Municipal de Setúbal aprova um voto de saudação dedicado a todos”*, sem exceção, Sr. Deputado Afonso Luz, àqueles que em 25 de novembro de 1975 colocaram novamente Portugal na senda da democracia, da paz e da liberdade iniciada a 25 de abril de 1974. É isso que se vai votar a favor ou contra.

Manuel Fernandes (PS) – Esta saudação aparece obviamente e não de uma forma muito pouco inusitada num contexto político muito particular. Também como há pouco foi dito, num contexto político que até há data ainda não tinha sido repetido. Obviamente que não há ingenuidades na apresentação de uma moção deste género e obviamente que o PS percebe claramente qual é a verdadeira intenção de quando se apresenta um tipo de moção deste género aproveitando o 25 de novembro, data que o PS reconhece como pertença da nossa história e até da história da consolidação da democracia, da qual em todos os momentos o Partido Socialista fez parte. A consolidação da democracia não são pontos que de quando em

vez são revisitados de forma oportunista por aqueles que entendem que devem fazer no momento que escolhem por proveitos políticos. O PS entende que todos os momentos que consolidam a democracia são de celebração. Por acaso ainda há pouco conferenciava aqui ao lado e não me recordo de vir da bancada da direita alguma saudação que celebrasse o 25 de abril. É possível que tenha havido, mas não me recordo e esse foi o momento-chave da celebração da democracia. A direita tem-se esquecido paulatinamente e principalmente neste último mandato de apresentar uma saudação que celebrasse o 25 de abril, é um esquecimento, ou então talvez não, mas pode ser falta da minha parte. Se calhar não houve oportunidade na altura de celebrar o 25 de abril pelos mesmos momentos e períodos. O PS sente-se perfeitamente à vontade com a sua história neste e noutros momentos, por exemplo, na universalidade do sistema nacional de saúde. É um momento de consolidação da democracia e a universalidade da educação também é. O momento político que estamos a viver atualmente é um momento de consolidação da democracia, mas este momento mediante a conjuntura que estamos a viver só seria possível mediante a largueza de espírito e de frontalidade democrática com o qual o PS se confronta com a realidade do país e aqui a saudação também o explicita. A saudação da bancada do Sr. Deputado diz o seguinte: *“Por estas razões (as que foram mencionadas atrás), o PSD/CDS-PP reconhece que, face às dificuldades do contexto social e político da época”*. Da época! O PS não vincula a consolidação da democracia a um momento único, portanto isto peca pela escassez. Se falarmos da consolidação da democracia apontando pontualmente e sempre em nosso proveito, sempre que queremos revistar a História, aquilo que entendemos que poderá de uma forma intencional e não de consolidação da democracia, que deveria ser essa a verdadeira razão de ser desta saudação. Percebo a instabilidade que há na bancada da direita, mas não há razão para tal. O PS obviamente vai-se abster nesta saudação, porque este é apenas um dos momentos e peca por escassez naquilo que deveria ser de uma forma mais abrangente e mais integral todos os momentos da democracia para se poder celebrar e para que o PS pudesse votar a favor.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Não queria falar, mas estamos a ser acusados de oportunismo ou provocação por apresentar um voto do 25 de novembro no dia 25 de novembro. Eu poderia até fazer aqui um “número parlamentar” e interpelar a mesa e perguntar ao Sr. Presidente em que dia estamos. Então ia apresentar um voto do 25 de abril no dia 25 de novembro? Apresentamos hoje porque é dia 25 de novembro. Podemos votar contra, a favor ou abster e viva a democracia, mas agora pôr em causa a legitimidade de alguém por aprovar uma saudação pelo 25 de novembro e nesse mesmo dia dizer que isto é uma provocação em relação ao dia 25 de novembro de 2016? Não posso ficar calado! Aceito todas as críticas, mas provocação ou oportunismo? Se alguém está de consciência pesada, não somos nós.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Estranho que o Partido Socialista tenha tantas dificuldades em relembrar o 25 de novembro, porque isso teve um papel fundamental. Compreendo que haja forças políticas e mesmo aqui já foi assumido que lhes custou o 25 de novembro, é lógico porque foi uma derrota política e nalguns casos militar. O 25 de novembro teve um papel fundamental, não se esqueçam que estavam na elaboração da constituição e até ao 25 de novembro certas forças político-militares que tinham imposto aos partidos políticos um acordo que obrigava a que não houvesse democracia em Portugal, eram as várias assembleias. Havia a Assembleia do MFA, a Assembleia da República, isto é, era um regime dos que havia em alguns países terceiro-mundistas, tipo do General Alvarado. O 25 de novembro permitiu as eleições livres para a Assembleia da República em 25 de abril de 1976 e a elaboração final da constituição. Isso são aspetos fundamentais da construção da democracia. Tudo o que aconteceu entre o 25 de abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975 foi o que permitiu o regime



democrático livre, pró-europeu e a integração da Europa. Após o 25 de novembro é que isso se tornou verdadeiramente definitivo, por isso é o que queríamos recordar. O Partido Socialista participou ativamente neste resultado do 25 de novembro, era um partido com um papel fundamental e parece que se querem esquecer disso, tudo bem, mas não tem nada a ver com a situação política atual. O 25 de novembro já foi falado muitas vezes noutras ocasiões e tem um papel importante na nossa história. Revisionismo é daqueles que querem apagar esse papel importante, mas foi assim e a constituição foi o resultado disso. O regime político em Portugal não teria sido o mesmo se não houvesse o 25 de novembro. Se o 25 de abril foi a luz principal o 25 de novembro foi fundamental para a retificação do caminho para a democracia e para a liberdade europeia, como acontece com todos os países europeus e foi só isso que queríamos saudar. Participei nisso quando tinha vinte e pouco anos e em muitas coisas que aconteceram antes desse período, como a ocupação da república bem como outras atividades. Estamos aqui a construir hoje a democracia e felizmente o regime democrático que existe hoje é o resultado da elaboração da constituição que foi aprovada a 2 de abril de 1976 e foi possível graças ao 25 de novembro, senão era outra.

João Luz (CDU) – Não me querendo arrogar e chegar perto dos níveis de sabedoria e conhecimento do Sr. Deputado Paulo Valdez, até pelas experiências que certamente teve e a participação nesse período, e provavelmente antes do 25 de abril, até pela idade que tem não precisa de falar sobre a minha ignorância até porque fica desde já registada. Atendendo ao que está aqui proposto considero que esta saudação, para além das questões de conteúdo, e até do ponto de vista de forma, pelo que é habitual nesta assembleia fazermos, há aqui coisas que não sei como é que outras bancadas podiam votar favoravelmente em relação a uma saudação que nos seus considerandos o que nos traz é que o PSD e o CDS “*acredita e defende*” e “*reconhece*”. Parece uma declaração com os objetivos, as ideias e os propósitos que o PSD e CDS defendem, portanto, mesmo do ponto de vista formal tenho sérias dúvidas que tal como está apresentada seja passível de ser aprovada pelo conjunto da Assembleia. É um documento ou declaração da bancada do PSD/CDS, no entanto há aqui algumas questões, para além da questão da forma, que não gostaria de deixar de colocar. Esta saudação é uma prova clara e evidente de que continua a ser muito difícil para alguns perdoar a ousadia de um povo que tomou nas suas mãos a construção do seu destino e no dia 25 de novembro saíram à rua com os apoios que se conhecem. O que o texto diz são coisas espantosas “*em eleições livres, que possa decidir em consciência, a forma como pode ser governado*”, como se não tivesse havido atos eleitorais antes do 25 de novembro. Refere aquilo que o Sr. Deputado Albérico Alho já aqui disse e que não vou repetir relativamente aos nomes que estão apontados. Aqui tenho uma discordância com a intervenção do Sr. Deputado Albérico Alho, não me admiro nada que a direita, ou pelo menos alguma, tenha como herói uma figura como Jaime Neves. Esta é a direita que alimenta e acarinha personagens como Galvão de Melo, Ferreira Torres, Ramiro Moreira, o cônego Melo, por isso mesmo para estes indivíduos o Jaime Neves é um herói, admito perfeitamente. Termino dizendo que neste país cada um tem o herói que merece.

Não havendo mais intervenções foi a saudação rejeitada por maioria e em minuta, com 23 votos contra, sendo 19 da CDU, 3 do BE e 1 de AC, 10 abstenções do PS e 5 votos a favor do PSD/CDS.

Sónia Casmarrinha (CDU) – Apresentou a seguinte moção, que se transcreve na íntegra, ficando a mesma arquivada em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 16.

“VIVER SEM VIOLÊNCIA É UM DIREITO

O Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres é uma iniciativa da ONU e do Conselho da Europa e visa debater e dar visibilidade às mulheres vítimas de violência.

A violência contra as mulheres é uma grave violação dos direitos humanos e tem consequências físicas, sexuais e mentais não só em relação às mulheres, mas também às suas famílias, à comunidade e ao país em geral.

A violência contra as mulheres é estruturante na desigualdade entre sexos.

A violência contra as mulheres tem ainda enormes custos com os cuidados de saúde e despesas legais e policiais e, ainda, com perdas de produtividade e de salário, com impacto nos orçamentos nacionais e no desenvolvimento do país.

Os desafios persistem na aplicação das leis contra a violência doméstica, agressão sexual, assédio no trabalho e outras formas de violência (tráfico e exploração sexual, assédio via internet, publicidade e comunicação social).

Em geral, não há iniciativas eficazes de identificação, prevenção e combate à violência contra as mulheres e é necessário exigir o cumprimento da legislação com vista a que os culpados não permaneçam impunes.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 25 de novembro de 2016, Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, apela:

1. Ao combate contra todas as formas de violência exercidas contra as mulheres;

2. À luta pela mudança de atitudes e mentalidades, em defesa de uma sociedade de igualdade e fraternidade;

3. Ao Governo e demais entidades públicas para que cumpram e façam cumprir os direitos das mulheres e os direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, no campo da justiça, do trabalho, da segurança social e da saúde.

Deve dar-se conhecimento desta moção ao Presidente da República, ao Governo e aos órgãos de comunicação social.”

Maria Rosário Amaral (BE) – Em relação à moção com certeza que o BE vai votar a favor e congratula-se por trazerem esta questão da violência contra as mulheres. Viver sem violência é um direito e isto nunca foi tão atual, realmente tivemos um caminho ao longo do século XX que nos levou a pensar que algumas formas de violência estariam acabadas ou que tinham diminuído muito, mas infelizmente estamos no século XXI e as coisas às vezes continuam na mesma, muitas vezes pior e em alguns sítios no mundo as crianças e as mulheres são dos que mais sofrem. Nas questões dos refugiados e guerras são sempre estes que acabam por sofrer este tipo de violência. Iremos votar a favor.

Carmina Ferreira (PS) – O PS naturalmente associa-se a esta moção e vai votar favoravelmente.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – A nossa bancada também irá votar favoravelmente esta moção.

Não havendo mais intervenções foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

IV – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de setembro e outubro de 2016

A informação escrita da Sra. Presidente da Câmara constitui o documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Manuel Véstias dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Em relação ao documento ele é tão exaustivo que tem uma rua que foi intervencionada na freguesia do Sado e que efetivamente não é da freguesia do Sado, refiro-me à Azinhaga Luís da Silva. Era importante que esta situação fosse corrigida em termos de toponímia da freguesia do Sado.

2. Deliberação n.º 311/16 - Proposta n.º 85/2016 – DAFRH/DIGEF – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC e 4 votos contra do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Manuel Esteves (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer desfavorável, com o voto de qualidade do coordenador, com 3 votos a favor da CDU, 3 votos contra do PS e PSD/CDS e 1 abstenção do BE.

A Comissão alertou para o facto de não ter estado presente ninguém da área financeira por forma a esclarecer as dúvidas dos membros da Comissão, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais de liberou dar parecer favorável, com 2 votos a favor da CDU, 3 abstenções do PS e PSD/CDS e 1 voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Carminda Ferreira (PS) – Sobre a Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais dar conta de que mais uma vez não esteve nenhum vereador presente nesta Comissão e que não tivemos a quem colocar questões. O vereador apareceu talvez uma ou duas vezes só desde o início deste mandato, o que é de lamentar.

Paulo Valdez (PSD/CDS-PP) – Previamente à minha intervenção queria recordar ao Sr. Presidente da Assembleia que tinha solicitado na reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças, que ocorreu no mês de outubro, a informação sobre a execução do acordo de pagamento aos fornecedores que foi feito referente a maio de 2015. O Sr. Diretor Financeiro da Câmara Municipal de Setúbal respondeu que iria fornecer esses elementos, voltei a lembrar esse assunto na Assembleia Municipal passada, na última reunião da Comissão de Economia, Administração e Finanças e continuo a aguardar que a Câmara Municipal me forneça a mim, sobretudo à Assembleia, o Plano da Execução dos Pagamentos feitos pela Câmara Municipal aos fornecedores que têm acordo. O acordo estabelecido, o pagamento que foi feito, as datas em que pagaram e a evolução desses pagamentos fornecedor a fornecedor como foi solicitado. Continuo a aguardar isso há cerca de um mês.

Em relação ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017 da Câmara Municipal de Setúbal, esta bancada tem a seguinte intervenção: O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2017, propostos pela Câmara Municipal de Setúbal são documentos sem credibilidade. Analisemos os documentos em discussão.

Os 119 milhões de euros de receitas previstas para 2017, não são previsões, são valores falsos, sem justificação plausível.

Porque é que afirmamos isto? Porque na previsão para efeitos do Plano de Saneamento Financeiro aprovado pela maioria CDU nesta Assembleia no mês passado, e vou apenas aqui elencar os aspetos mais gritantes, a rubrica “Multas e Penalidades diversas – Outras” tinha previsto zero euros, no orçamento tem previstos 2.087.200,00€.”

Gostava de saber onde é que vão encontrar tantas multas e penalidades diversas.

Nas rendas da concessão dos Serviços Municipalizados tem, na previsão feita para o Plano de Saneamento Financeiro, cerca de 6.060.000,00€, neste tem 20 milhões de euros, tem uma diferença de quase 14 milhões de euros.

Gostava de saber onde é que têm suporte para isso? Vão dizer que é o acordo estabelecido e ratificado pela Entidade Reguladora, mas isto já aconteceu há vários anos e pelos vistos a Câmara Municipal não tem capacidade de impor às Águas do Sado o seu cumprimento, por isso são valores inexistentes, faz lembrar as imparidades da banca, estão inscritos, mas não existem.

Resíduos sólidos tem uma diferença de quase um milhão de euros entre a previsão para 2017 do plano de saneamento financeiro e o orçamento.

Verbas referentes a transferências de capital do Estado e participações comunitárias em projetos cofinanciados têm uma diferença de quase 12 milhões de euros.

O que resulta é que entre a previsão aprovada em outubro e o orçamento proposto em novembro há uma diferença superior a 35 milhões.

Nas despesas a situação também ocorre. Na área do pessoal o aspeto mais gritante é os encargos com a Segurança Social, há uma diferença de 3,5 milhões, isto é o orçamento prevê mais 3,5 milhões de encargos do que estava previsto.

Na aquisição de bens e serviços então é um valor gritante, são mais de 21 milhões de euros, dos quais 10,5 milhões em outros serviços, 2.200.000,00€ em limpeza e higiene e 2.400.000,00€ em encargos de instalação.

Depois em juros de mora tem 2 milhões quando não estava previsto nada no plano de saneamento financeiro.

Nos investimentos a diferença também é gritante entre o planeamento de saneamento financeiro e o orçamento, há uma diferença superior a 23 milhões. Aqui na despesa o diferencial é de cerca de 45 milhões.

Em um mês as previsões tiveram uma diferença nas receitas de 35 milhões e nas despesas de 45 milhões.

Estes valores definem com clareza os documentos que nos apresentam, as previsões são elaboradas à medida dos interesses do poder instituído.

Perante um desvio de 35 milhões nas receitas e 45 milhões nas despesas, só podemos exigir à governação comunista da Câmara Municipal de Setúbal que apresente um documento que mereça tal designação, porque este só serve para mascarar a realidade do município, que é gastar o dinheiro à custa dos contribuintes e dos fornecedores.

Mas não queremos deixar de sublinhar a nossa preocupação com a sobrecarga que os setubalenses sofrem com esta governação. Vejamos:

As despesas municipais são suportadas pelos municípios, das quais as verbas mais significativas para as financiar são as seguintes: IMI 25,3 milhões de euros; IMT 8,4 milhões de euros; IUC 2,9 milhões de euros; IRS 6,4 milhões de euros; Taxa da Proteção Civil quase

um milhão de euros; Renda da EDP (incluída na fatura da eletricidade) 1,8 milhões de euros; Renda das Águas do Sado (incluída na fatura de água e saneamento) 4 milhões de euros sem a fixação dos 14 milhões; Taxa dos Resíduos Sólidos (incluída na fatura da água e saneamento) 4 milhões de euros; Pelos fornecedores 30 milhões de euros.

O endividamento que conhecemos da Câmara Municipal de Setúbal é de cerca de 68 milhões de euros, as dívidas a terceiros de curto prazo conhecidas são cerca de 30 milhões de euros.

Constatamos ainda que os compromissos por pagar, em 30 de setembro de 2016, ultrapassam os 44 milhões de euros, o que quer dizer que 60% da capacidade de arrecadação de receitas da autarquia (não incluindo empréstimos), durante um ano, já está comprometida.

A execução orçamental das receitas, até 30 de setembro de 2016, é de 64 milhões de euros, no entanto, o orçamento para 2016 previa uma receita num ano de 117 milhões de euros.

Em conclusão, encontrando-se o Município de Setúbal numa situação financeira que o executivo comunista considera preocupante, pois teve que recorrer ao mecanismo de saneamento financeiro, as obras emblemáticas que anunciam ou são mera propaganda ou dívida futura.

Apesar do significativo sacrifício financeiro que tem recaído, ano após ano, sobre os contribuintes setubalenses, o atual executivo continua a ser incapaz de resolver, com inteligência e eficácia, a estrutura e a dimensão da dívida municipal que é da sua inteira responsabilidade.

Ao contrário de muitos municípios portugueses, grandes e pequenos, do litoral ou do interior, os setubalenses pagam os impostos municipais com as taxas mais elevadas de Portugal (IMI, IRS e Derrama), sem que daí resulte a correspondente melhoria da qualidade de vida das famílias setubalenses e nem solução para o desequilíbrio financeiro municipal.

Como sempre são as famílias e as empresas que carregam o ónus do pagamento das dívidas municipais.

O executivo comunista, em funções desde janeiro de 2002, falhou redondamente no cumprimento do Contrato de Reequilíbrio Financeiro de 2004, de tal maneira que repetiu a dose com o Plano de Saneamento Financeiro, aprovado em outubro de 2016, sempre com custos económicos e sociais acrescidos para os setubalenses.

Perante estes dados, só podemos concluir que este Orçamento não tem credibilidade e deve ser rejeitado.

Joel Marques (PS) – Efetivamente analisando esta proposta de orçamento, depois de termos aqui analisado há sensivelmente um mês atrás o plano de saneamento financeiro, nós ficamos com algumas dúvidas em perceber exatamente o que é que é o instrumento previsional da gestão da autarquia para 2017.

Estamos a falar de diferenças significativas naquilo que são as previsões de receita, na ordem dos 35 milhões de euros, estamos a falar de diferenças significativas naquilo que são as despesas que estão também previstas. Na verdade, o que estamos a falar é numa consolidação de dívida de curto prazo que se fez através do plano de saneamento financeiro, transformar essa dívida de curto prazo numa dívida de médio/longo prazo e libertando um pouquinho de tesouraria voltando novamente a iniciar um ciclo de endividamento.

De qualquer das formas gostaria aqui de reforçar algo que me parece importante e que já decorreu também nas reuniões de câmara. Estamos a votar um orçamento que define ou que também na sua base, naquilo que é a sua estrutura de receita, impostos municipais sem que esses mesmos impostos municipais tenham ainda aqui sido votados, mas vamos votá-los mais tarde.

Se na câmara esses documentos foram apresentados em reuniões distintas e quando o Partido Socialista chamou a atenção para este facto houve efetivamente aqui uma assunção por parte

do executivo de que os documentos não estavam a ser apresentados na sua ordem correta. Nesta sessão em que estamos a analisar as três propostas e em que iremos analisar outras propostas, não faz sentido absolutamente nenhum que estejamos a analisar em primeiro lugar o documento do orçamento que se baseia em taxas que ainda nem sequer foram aqui aprovadas, as quais só iremos votar nos pontos seguintes. É com bastante estranheza que depois de termos chamado a atenção para isto na reunião de câmara, na Assembleia Municipal se passe precisamente o mesmo e estejamos a votar os documentos pela ordem inversa.

Presidente da Mesa – A Ordem de Trabalhos e a sua sequência foi fixada em Comissão Permanente.

Joel Marques (PS) – Senhor Presidente se me permite, como sabe o Partido Socialista não esteve presente na última reunião da Comissão Permanente, porque naturalmente que não teríamos deixado passar isto.

Presidente da Mesa – A convocatória foi feita em tempo, não sei por que razão é que não esteve ninguém presente da bancada do Partido Socialista.

Henrique Guerreiro (BE) – Efetivamente o Partido Socialista não esteve presente na última reunião da Comissão Permanente, embora o tema não tenha deixado de ser referido nessa reunião, como o Sr. Presidente se recordará.

Para que na assembleia fique claro, a configuração inicial da Ordem de Trabalhos era diferente daquela que aqui temos hoje, porque se discutiam impostos, depois um apoio a uma telenovela e depois voltávamos a discutir impostos, depois uma curta de fotografias e voltávamos aos impostos. Foram reordenadas e foi efetivamente referido que a ordem natural seria de serem discutidos e votados inicialmente todas as taxas e impostos para que o orçamento da câmara que é feito no pressuposto de que essas taxas são efetivas, serão aprovadas e possam ter validade.

Não houve da parte da Comissão Permanente um impedimento de que a reunião funcionasse assim, agora o assunto não deixou de ser referido, porque a metodologia pareceu, não sei se à totalidade da Comissão Permanente, mas pareceu-me a mim e a outros membros também de que não seria o mais adequado.

Importaria neste ponto dizer que este orçamento enferme à partida de um problema que têm os orçamentos feitos quando se tem maioria absoluta. O cuidado que é feito num instrumento deste tipo, numa maioria relativa, obriga de facto a mais cuidado. É a maioria que temos e diria que esta é a crónica de um orçamento aprovado na senda do que foram os últimos orçamentos da Câmara Municipal de Setúbal.

Há dois aspetos fundamentais, o primeiro tem a ver com a previsão das receitas. Já nos habituamos que a previsão das receitas não corresponde, basta ver os exercícios deste mandato, aliás fica muito longe daquilo que são as previsões. Respondem invariavelmente a maioria da câmara, mas previsões são previsões.

É verdade que previsões são previsões, mas é batota quando sabemos que as previsões já estão enroladas à partida. É batota! E essa batota não deve existir em democracia.

O segundo aspeto deste orçamento tem a ver com o nível de taxas e de impostos que são colocados à população.

Conhecemos, e vamos discutir daqui a pouco, a enorme novela do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Conhecemos a taxa de IRS em que nem a mais pequena migalha é devolvida aos contribuintes ao contrário de alguns concelhos aqui bem perto.

Temos a Derrama absolutamente igual, para uma empresa que tenha 20 mil euros de faturação, 50, 100 mil ou 16 milhões, o que é visto de forma cega, do ponto de vista fiscal. Há uma palavra de ordem neste executivo taxar pelo máximo custe o que custar, doa a quem doer.

Pedem-se pareceres sobre pareceres, sobre realidades que já se conhecem e este orçamento sendo, do ponto de vista da receita, feito com base numa ficção de impostos elevados, e do ponto de vista da despesa conhecemos como é a despesa que está neste orçamento. Servirá para pagar a dívida ou aumentará a dívida se existirem investimentos.

Não é um orçamento muito diferente dos anteriores e nesse sentido o Bloco de Esquerda votará contra este documento.

Afonso Luz (CDU) – A posição da CDU sobre os documentos em apreço é que são apresentados numa conjuntura que, apesar do novo quadro político, continua a ser de grandes constrangimentos e por isso a necessidade de se continuar a ter orçamentos que apontem para um rigoroso controlo das despesas e para a realização de investimentos que sejam comparticipados pelo atual quadro comunitário, normalmente designado por Portugal 2020.

Somos obrigados a repetir argumentos, julgo que todos nós. Todas as bancadas são obrigadas a repetir argumentos já apresentados relativamente a orçamentos anteriores, porque de facto continuamos a ter um quadro legal que impede que os orçamentos sejam tão realistas quanto o desejávamos.

As autarquias, especialmente as que ao longo do tempo têm apresentado dificuldades financeiras, são obrigadas a colocarem em orçamento valores em dívida que sabem não terem capacidade para pagar, como consequência para equilibrar o orçamento. Têm necessidade de apresentar por isso um valor de receita que também sabem ser de difícil cobrança.

Estou nesta Assembleia Municipal desde há 28 anos e não me lembro de alguma vez ter sido de outra maneira. Chegámos a ter aqui orçamentos cumpridos em pouco mais de 23%.

Queremos ou estamos em querer que o novo sistema contabilístico para a Administração Pública, previsto para entrar em vigor já em 2017, mas tudo indica que será adiado para 2018, terá finalmente alterações com impacto nesta matéria e possibilitará apresentar quadros mais realistas.

Este orçamento, apesar de tudo, por efeito do empréstimo de 15 milhões de euros a contrair no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro acaba por ser mais idêntico com a realidade do que orçamentos anteriores.

O Plano de Saneamento, que é não uma obrigação, mas uma ação voluntária da Câmara Municipal, é uma questão central deste orçamento e da gestão da autarquia, porque permite dar mais um passo determinante para o reequilíbrio das finanças municipais.

Não nos parece haver qualquer polémica à volta das discrepâncias existentes entre o Plano de Saneamento e este orçamento. De facto, temos que ter em conta que são documentos elaborados com lógicas diferentes e sujeitos ao cumprimento de preceitos legais igualmente diferentes. De qualquer modo o Tribunal de Contas se pronunciará sobre eles.

Para além disto, o orçamento revela que mais uma vez, apesar das dificuldades financeiras, continuará a existir investimento no concelho e a gestão da autarquia continuará a pautar-se pela aposta na reabilitação urbana, na educação, na cultura, na área social, no desporto e no ambiente.

Relativamente à última intervenção queria dizer que independentemente da ordem da votação das propostas nesta assembleia elas só produzem efeitos quando são votadas no final em minuta e não faz sentido estar a alterar a ordem. Aliás se alguma das propostas de alteração fosse aprovada e produzisse imediatamente efeito, isso obrigaria a retirar a própria proposta do orçamento para reformulação, o que não fazia qualquer sentido.

Por tudo isto a nossa posição vai ser de votar favoravelmente estes documentos.

Ausentaram-se da sala os Srs. Deputados José Luis Barão, Carminda Ferreira e o Sr. Presidente da União de Freguesias de Setúbal Rui Canas.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, sendo 18 da CDU e 1 AC, 16 votos contra, sendo 8 do PS, 5 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 21.

Joel Marques (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Orçamento Municipal, enquanto instrumento de gestão política, reflete a estratégia política da maioria que governa os destinos da autarquia. Este orçamento não traduz as opções políticas que constam do nosso programa eleitoral e que defendemos para o Concelho de Setúbal – pelo contrário, contraria-as ao pressupor a maximização da carga fiscal, cuja definição compete ao município, como o IMI e a taxa de participação no IRS. Essa maximização da carga fiscal é uma opção deste executivo, que de acordo com a DGAL, e tal como o Partido Socialista tem defendido ao longo dos anos, a tal não está obrigado pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro. E, apesar do aumento da carga fiscal, este orçamento consegue superar o 2016 e ser tão inexequível quanto os anteriores.*

Esperava-se, com a adoção de um Plano de Saneamento Financeiro, que o executivo valorizasse a consolidação financeira do município. No entanto, e face a uma gestão financeira já tolhida de movimentos e sem capacidade de fazer investimento reprodutivo para a economia local, percebe-se que este orçamento abre um novo ciclo de endividamento de curto prazo não apresentando soluções para a redução sustentável da dívida municipal.

Passada mais de uma década sobre a aplicação do Contrato de Reequilíbrio Financeiro e a execução de orçamentos de maioria PCP e Os Verdes, nada de novo há a apresentar. Apenas a mesma retórica vã, com continuados sacrifícios sobre as famílias setubalenses e azeitonenses. Vivemos a leste do paraíso que o executivo nos tenta vender.

Pelas razões enunciadas o Grupo Municipal do Partido Socialista votou contra este orçamento para 2017, sendo nossa obrigação enquanto oposição responsável continuar a defender o progresso e o desenvolvimento sustentado do concelho.”

João Afonso Luz (CDU) – Senhor Presidente o Partido Socialista tem-nos vindo a habituar a estas declarações de voto, e se há discussão no período da ordem do dia não se transforme, aquilo que é uma indicação de porque vota favoravelmente, numa extensa intervenção política sobre a matéria em apreço.

Colocava à consideração do Sr. Presidente que na próxima reunião da Comissão Permanente pudéssemos abordar esta estratégia sob pena de um dia todos remetermos as nossas intervenções políticas para declarações de voto.

Joel Marques (PS) – Senhor Presidente, o Partido Socialista fez a sua intervenção no período de discussão e no momento da declaração de voto, fez uma declaração de voto que resume aquilo que é a sua posição, que é uma posição que também é conhecida por todos sobre o que é este documento do Orçamento Municipal para 2017.

Presidente da Mesa – Senhor Deputado Joel Marques, a Mesa aceita a sua declaração de voto sem prejuízo desse tipo de questões poder ser levantada no futuro numa Comissão Permanente e acho correta a sugestão.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Coligação PSD/CDS votou contra a proposta n.º 85/2016 – DAFRH/DIGEF – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017 do Município de Setúbal da responsabilidade da CDU na sequência dos motivos anteriormente expostos no debate desta proposta e em particular à falta de credibilidade das previsões apresentadas nos documentos em apreço verso as previsões recentemente aprovadas pela mesma força política no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro.*

Apesar do significativo sacrifício financeiro que tem recaído, ano após ano, sobre os contribuintes setubalenses, o atual executivo continua a ser incapaz de controlar a dimensão da dívida municipal que é da sua inteira responsabilidade.

Isto são os fatores decisivos para atribuímos uma avaliação negativa aos documentos apresentados pela atual equipa da CDU, que naturalmente tem como consequência a reprovação na ótica política e de gestão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2017 da Câmara Municipal de Setúbal.”

3. Deliberação n.º 334/16 - Proposta n.º 90/2016 – DAFRH/DIGEF – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano de 2016

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC e 4 votos contra do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Manuel Esteves (PS) – A Comissão deliberou dar parecer desfavorável, com o voto de qualidade do coordenador, com 4 votos a favor da CDU e AC e 4 votos contra do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Presidente da Mesa – Sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, o IMI, entraram na Mesa duas propostas de alteração que são subscritas, uma pelo Bloco de Esquerda e outra pelo Partido Socialista. Pedia aos subscritores das referidas propostas que as lessem, primeiro o Bloco de Esquerda e depois o Partido Socialista para depois passarmos naturalmente à sua discussão, conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23.

Proposta apresentada pela bancada do BE:

“Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2016

Considerando a persistente degradação do poder de compra, o alarmante nível de desemprego no concelho de Setúbal e a situação de carência económica que daí advém;

Considerando que a situação de crise e de pessimismo que o país vive afeta os rendimentos de muitas famílias;

Considerando que é facilmente demonstrável, o aumento da receita por via do fim das isenções deste imposto para muitas famílias;

Considerando que no cálculo final do IMI não se tem em conta (ou se ignora) a capacidade económica que as famílias efetivamente têm;

Considerando que as avaliações realizadas ao abrigo do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis são, no concelho de Setúbal, muitas vezes superiores ao valor de mercado, aumentando, assim, também, a base de incidência do IMI;

Considerando finalmente a situação de insolvência que atinge muitos agregados familiares com as dificuldades daí resultantes no cumprimento do pagamento dos créditos bancários contraídos;

A Assembleia Municipal de Setúbal reunida em 25 de novembro de 2016 decide aprovar as seguintes taxas de IMI do ano de 2016 a liquidar em 2017:

a) Prédios rústicos 0,8%

b) Prédios urbanos 0,35%

A Assembleia decide igualmente aprovar os n.ºs 2; 3; 4; 5; 6; 7 e 8 2 a 8 da proposta contida na Deliberação 334/16 da Câmara Municipal de Setúbal.”

Proposta apresentada pela bancada do PS:

“Alteração às Taxas de IMI de 2016

- 1. O Art. 1º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, define que este imposto constitui receita dos municípios onde se localizem os prédios sobre os quais o imposto incida.*
- 2. Fruto da reavaliação tributária dos prédios urbanos, bem como do incremento da taxa aplicada, a receita da Câmara Municipal de Setúbal com o IMI subiu de 7,2 M € em 2004 para 25,3 M € em 2015.*
- 3. A Câmara Municipal de Setúbal tem o dever de dosear a carga fiscal que de si depende, aplicando taxas consentâneas com as suas necessidades financeiras, mas que, ainda assim, não se consubstanciem numa reiterada perda de poder de compra das famílias setubalenses e azeitonenses, permitindo que estas injetem esse dinheiro na economia local. Mais liquidez na economia local permite mais investimento, melhor desenvolvimento, e, a médio prazo, aumento das receitas da Câmara Municipal de Setúbal.*
- 4. O Partido Socialista vem defendendo há vários anos a redução progressiva da taxa de IMI aplicada aos prédios urbanos pela Câmara Municipal de Setúbal.*
- 5. O Grupo Municipal do Partido Socialista, ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 2 do Art. 53º da Lei 5-A/2002, propõe a redução da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos de 0,45% para 0,40%.”*

Joel Marques (PS) – A consubstanciasse numa taxa a aplicar aos prédios urbanos de 0,4% e não de 0,45% como é proposto pelo executivo.

A CDU tem-nos brindado ao longo dos últimos anos com a aplicação sistemática da taxa máxima de IMI relativamente aos prédios urbanos de 0,5%. Este ano, por ação do Governo do Partido Socialista, o limiar máximo foi reduzido para 0,45%, mas, no entanto, aquilo que a CDU nos propõe é naturalmente a manutenção da mesma taxa máxima. Tudo com base na retórica já conhecida e já perfeitamente negada pela DGAL, através dos dois ofícios da DGAL, quer o de abril de 2015, quer o de outubro de 2015, mas a CDU insiste na maximização daquilo que é a receita fiscal proveniente do IMI.

Nós temos tido uma postura sempre muito coerente em relação a esta questão, o que nos comprometemos com os cidadãos, aquando da última campanha autárquica, foi com uma

redução progressiva de 0,05% por ano, com o objetivo de chegarmos ao final do mandato com uma taxa de IMI de 0,3%.

Na verdade, nós sabemos que isso não será possível, porque as nossas sugestões recorrentes e anuais não têm sido acolhidas pela maioria, de qualquer das formas entendemos que existe margem para acolher uma redução para 0,4%.

João Afonso Luz (CDU) – Em primeiro lugar saudar a proposta que a câmara hoje aqui nos traz, porque independentemente da retórica utilizada de que os setubalenses continuam a pagar a taxa máxima, a verdade é que os setubalenses vão pagar menos de IMI.

Bem podem os senhores afirmar aos sete ventos e fazer disto a grande bandeira, que nós já temos aqui conversado várias vezes sobre isto. À falta de melhor é este o assunto que vos faz mover e compreendemos, neste quadro, a vossa posição, mas estranhamos, no entanto, algumas coisas.

O Partido Socialista que aqui defende uma proposta de 0,40% é exatamente o mesmo Partido Socialista que na Assembleia da República recusou a proposta do PCP para que a taxa máxima de IMI fosse fixada em 0,40%. É exatamente o mesmo Partido Socialista.

Sabe Sr. Deputado, bem pode rir, mas é que nós temos um entendimento de há muito tempo de que o Município de Setúbal está obrigado à aplicação da taxa máxima até termos resposta em contrário.

Os senhores não se estejam a rir, porque são os senhores, é o vosso Grupo Parlamentar da Assembleia da República que questiona o Ministro Mário Centeno sobre se é possível ou não.

Admitindo que o Grupo Parlamentar do PSD não se dedique à trica da política doméstica, que seja um Grupo Parlamentar sério, não acredito que façam essa pergunta tendo já a certeza de que é possível baixar.

Quando os senhores acusam esta bancada e o executivo municipal da CDU de não baixar por não quererem, a pergunta é: visto que não há dúvidas no PSD em Setúbal, porque é que o Grupo Parlamentar do PSD pergunta ao Ministro? Achamos bem que pergunte e acompanhamos essa interrogação. Já o fizemos junto deste Governo, a Câmara Municipal já fez essa pergunta ao Governo e aguardamos a resposta. Estranho profundamente este tipo de reação, mas enfim fico sem perceber, aliás esta bancada do PSD é exatamente a mesma bancada e é o mesmo partido que na Assembleia da República relativamente ao fim da isenção de IMI para fundos mobiliários votou contra. É exatamente o mesmo partido, o mesmo PSD que relativamente à proposta de reposição da cláusula de salvaguarda do IMI votou contra. É o mesmo partido que relativamente à isenção de IMI para baixos rendimentos na Assembleia da República votou contra. E mais, é o mesmo partido, é o mesmo PSD que na Assembleia da República, sobre a proposta de redução da taxa máxima de IMI, votou contra. É este mesmo partido.

Bem podem no concelho de Setúbal fazer o jogo que vos interessa da política doméstica local. Enfim, é a grande bandeira contra a gestão da CDU no Município de Setúbal. Bem podem utilizar a questão do IMI, a verdade é que aquilo que se comprova é que os senhores muito poucos interesses têm no que diz respeito à carga fiscal que é aplicada aos setubalenses.

Deve-se à proposta do PCP e ao voto das outras forças políticas, designadamente a do Partido Socialista, a descida da taxa máxima de IMI de 0,50% para 0,45%, que é a taxa que hoje estamos aqui a propor.

Sobre isto mais uma interrogação decorrente da intervenção do Deputado Joel Marques, que disse que o Partido Socialista em Setúbal tem mantido uma postura coerente nesta matéria e logo de seguida diz esta frase espantosa “*Propôs e comprometeu-se com os setubalenses para uma descida anual de 0,05% por ano.*” Se a taxa é de 0,50%, os senhores agora estão a propor



uma descida para 0,40%, onde é que está a descida dos 0,05% por ano que os senhores dizem que é coerente e que defendem?

A mesma proposta que foi apresentada pelo PSD no ano passado nesta Assembleia Municipal e que os senhores votaram favoravelmente? Aliás, como é que o Partido Social Democrata, que no ano passado apresenta nesta assembleia uma proposta de alteração à taxa máxima de IMI proposta pela Câmara Municipal, propondo a aplicação de uma taxa de 0,45%, que era a proposta que estava em cima da mesa, colocando até uma questão da responsabilidade e da descida gradual entendendo que o município podia descer. Como é que hoje perante esta proposta de passar a taxa de IMI de 0,50% para 0,45% estas mesmas bancadas que no ano passado achavam razoável vêm dizer que afinal não é nada disto que queremos, não chega.

Aquilo que se prova é que a questão do IMI para os senhores é um exercício de mera demagogia eleitoralista e que é a única bandeira que têm no concelho. É isto que se comprova ano após ano nesta discussão sobre o IMI.

É de uma profunda irresponsabilidade a forma como os senhores tratam esta matéria.

Albérico Alho (BE) – Revendo as discussões e as reflexões que se têm aqui produzido nesta assembleia acerca do IMI, estava profundamente convencido que finalmente o executivo da câmara iria apresentar este ano uma proposta de redução do imposto.

Por pequena que fosse essa redução sempre pensei que ela fosse agora contemplada por várias razões. A primeira dessas razões é que as receitas do IMI têm vindo a aumentar nos últimos anos, não só devido às reavaliações patrimoniais de milhares de habitações, mas também pelo facto de um número maior de pessoas deixar de beneficiar do período de isenção.

Senhor Presidente tenho alguma dificuldade em falar devido a conversas generalizadas. Nas minhas aulas nunca aceitaria esta situação.

Presidente da Mesa – Concordo consigo e queria fazer um pedido aos Srs. Deputados das várias bancadas que fizessem silêncio para se poder ouvir o orador. Pode continuar Sr. Deputado Albérico Afonso.

Albérico Alho (BE) – Estava a dizer que a outra razão era o facto de cada vez menos pessoas beneficiarem do período de isenção.

Os números são conhecidos e nos últimos anos a câmara tem beneficiado e tem visto aumentar, de uma forma substancial, em algumas dezenas de milhões de euros a taxa do IMI por estas razões.

O segundo aspeto, apesar do que se possa dizer em contrário e tentar fazer oitos com pernas de quatro, o que é claro neste momento é que o argumento que foi apresentado nos últimos anos para impedir a redução do IMI era de que o executivo estaria prisioneiro do Contrato de Recequilíbrio Financeiro. Este argumento caiu por terra desde que os documentos/pareceres dos Secretários de Estado do anterior Governo desobrigaram a câmara em ter esta alegada limitação.

Nesse sentido temos alguma dificuldade em entender a total inflexibilidade e indisponibilidade do PCP e da CDU em relação ao desagravamento da taxa de IMI. Custa-nos a compreender esta teimosia quando a situação económica e social dos portugueses e dos setubalenses em Portugal aconselharia a que a vossa posição fosse outra.

Para não nos acusarem de radicalismo e de realismo apresentamos uma proposta de taxas do IMI para 2017, não a mínima, mas 0,35%, que julgo que seria uma proposta aceitável. No entanto estamos disponíveis para aceitar esta proposta ou outras mesmo mais modestas do que a nossa e que vão no sentido da redução do IMI. Julgo que a câmara estaria em condições de dar alguns sinais sobre este assunto. Em matéria de coerência é exatamente o mesmo PCP que

na Assembleia da República propõe 0,40% e que nesta câmara, nesta Assembleia Municipal aprova e defende de uma maneira veemente os 0,45%, ou seja, a taxa máxima.

Sobre isto parece não haver muitas dúvidas.

Numa altura em que o Governo da República tem dado alguns passos no sentido de romper com o ciclo de empobrecimento dos portugueses, executado pelo Governo de direita, este é também o tempo exato para que a Câmara Municipal se associe a este desígnio e quebrar o ciclo de empobrecimento dos setubalenses. É o tempo exato para que a câmara deixe de carregar com o estigma e sujeitar os setubalenses aos impostos mais altos do país.

Afonso Luz (CDU) – Depois da intervenção do Sr. Deputado João Luz e não querendo repetir argumentos, queria apenas referir que em relação a esta última intervenção a questão não se coloca nos termos em que a pôs.

Da nossa parte continuamos a ter sérias dúvidas de que seja possível, com o Contrato de Reequilíbrio Financeiro, de baixarmos o IMI. Os governantes deste país, do PSD, a resposta que deram ao Grupo Parlamentar do CDS deixa muitas dúvidas se de facto é possível ou não sem que depois existam as tais repercussões financeiras, inclusivamente para os responsáveis da Câmara Municipal.

Sobre a posição do Partido Socialista queria dizer que, e sei do que estou a falar porque estava nas reuniões, aquando das várias reuniões de discussão para as assinaturas dos chamados memorandos de entendimento o Partido Socialista entendeu não colocar uma taxa inferior aos 0,45% e daí não saiu. Parece-me que não é muito coerente que depois aqui em Setúbal o mesmo partido venha exigir que se baixe essa taxa. O que estava em jogo era que a taxa máxima passasse para 0,4% em todo o lado, o que era também o nosso entendimento.

Quanto ao PSD julgo que também ficou tudo dito. Até para baixar para 0,45% votaram contra, mas depois aqui em Setúbal querem e exigem que se baixe porque coitadinhos dos setubalenses, mas depois o resto do país, especialmente as câmaras podem ir até aos 0,45% ou manter nos 0,5% como queriam.

Joel Marques (PS) – Ficámos hoje aqui a perceber que para a CDU não há uma taxa máxima, uma taxa mínima ou taxas intermédias que os municípios possam escolher.

O Sr. Deputado Afonso Luz acaba de nos dizer que para o PCP gostaria que fosse 0,4% em todo o lado. Julgo que saberá, o PCP e o PEV, que há outros municípios com as taxas mais baixas, por exemplo a taxa do IMI de Lisboa, que é uma câmara do Partido Socialista, é de 0,3%, a taxa mínima.

O que o Partido Socialista defende, e já não sei se essas bancadas defenderão o mesmo, é a autonomia do Poder Local, para que as Câmaras Municipais possam decidir, dentro do que é a sua competência entre duas balizas, uma de 0,3% e outra de 0,45% e aplicarem a taxa que é a mais correta para os seus cidadãos não comprometendo também aquilo que são os objetivos de receita dos municípios.

Naturalmente que aqui tem que haver equilíbrio, mas em Setúbal esse equilíbrio não existe, o que existe é sempre a maximização da taxa.

Como nós não defendemos o centralismo democrático e não queremos que em Lisboa se decida e que aqui em Setúbal se execute, nós entendemos que dentro do que é a autonomia do Poder Local e autonomia dos Municípios, é perfeitamente possível que em Setúbal se aplique uma taxa de 0,4%. Falando também no parecer da DGAL, que é perfeitamente claro e que valida aquilo que é a nossa posição e a nossa leitura de há muitos anos, dizia que é perfeitamente possível aplicar uma taxa de 0,4 ou qualquer outra que seja inferior aos 0,45%.



Esclarecendo também o Sr. Deputado João Luz relativamente à nossa proposta, com efeito nós temos sistematicamente defendido uma redução progressiva do IMI para que a receita ou para que a despesa se possa adaptar àquilo que é nova realidade de receita.

Este ano defendemos uma redução um pouco superior, mas essa redução está perfeitamente suportada por aquilo que foi o aumento na cobrança de IMT e não estamos aqui a inventar absolutamente nada, nem estamos a agitar bandeiras por agitar, estamos a defender aquilo que é o interesse dos setubalenses com dados concretos e sustentando aquilo que são as nossas propostas.

Nuno Marques (CDU) – O Partido Socialista disse que a CDU insiste e é verdade. A CDU insiste na legalidade e era bom que o PS também insistisse, porque se há outra insistência que temos tido, para além da legalidade das decisões que esta câmara e esta assembleia podem tomar, é na clarificação desta questão e ela continua a não existir.

É pena que mais ninguém insista na clarificação desta questão e já houve várias tentativas. Porque se é verdade que houve um despacho muito célere no anterior Governo, também não é menos verdade que na anterior legislatura houve um pedido de esclarecimento subscrito por alguns deputados, julgo que também pelo Sr. Deputado Nuno Magalhães, do qual veio uma resposta confusa.

Se essa resposta tivesse sido de facto esclarecedora então tinham-na trazido a esta assembleia e quem trouxe essa resposta à assembleia foi a bancada da CDU, uma vez que consultamos a internet e lá estava na página da assembleia, porque nenhum Deputado subscritor a trouxe aqui.

Já nesta legislatura foi feito novo esforço, novo pedido de esclarecimento ao atual Governo e também ainda não veio esclarecimento nenhum. Pergunto qual é a insistência que o PS tem feito na clarificação desta questão? Aliás ainda na última assembleia perguntei se tinham aproveitado a visita do Sr. Secretário de Estado das Finanças para lhe colocar esta questão e não responderam sequer, possivelmente não vos ocorreu.

Esta questão do IMI é o cavalo de corrida que tem servido nestes últimos quatro, cinco anos desde que um Governo decidiu rever o valor dos imóveis e outro o decidiu aplicar e foi quando começamos todos a sentir o problema do aumento do IMI, até lá não sentíamos. Desde então esta questão tem-se colocado e tem sido o cavalo de corrida e estamos agora outra vez a um ano das eleições autárquicas e esta serve à falta de outras, mas é preciso clarificar alguns aspetos.

Esta “piadola” do centralismo democrático deve ter ensaiado várias vezes, porque já a escreveu, agora disse aqui e pode ser que ainda vá à rádio também passar essa mensagem, mas isto não serve tudo, porque estes jogos de bailarina equilibrista não escondem a questão de que umas vezes é assim e outras vezes é diferente. Não é uma questão de autonomia, é uma questão de coerência.

A CDU defende em Setúbal a diminuição da taxa do IMI, assim como tem defendido o PCP na Assembleia da República a diminuição dessa mesma taxa e por isso propôs que ela passasse para 0,4%. O Partido Socialista, como já aqui foi referido, votou contra, mas o mesmo Partido Socialista que diz ter um compromisso com os municípios de baixar 0,05%, esse compromisso está cumprido e está cumprido não por ação nesta assembleia, mas porque já está cumprido decorrendo da alteração da legislação e, portanto, agora já seria para 0,1% esta alteração.

Em Setúbal sempre houve coerência nesta questão, porque a taxa máxima no IMI em Setúbal já se aplicava no tempo da gestão do Partido Socialista, não é uma novidade dos últimos anos. Não havia IMI, mas havia outro imposto que se chamava Contribuição Autárquica que era a

mesma coisa e era aplicada na taxa máxima e nessa altura havia menos sensibilidade social do que há hoje, hoje já somos todos mais sensíveis a essa questão.

Nós regozijamo-nos pelo facto de que o IMI em Setúbal vai baixar e vai mesmo. Essa é que é a questão.

O senhor pode continuar a dizer que é por ação do Partido Socialista e nós dizemos que é por proposta do PCP na Assembleia da República que inclusivamente propôs os 0,4%, e se afinal agora em Setúbal decidiram que 0,1% é que era bom e não era 0,05% então tivessem aprovado a proposta de 0,4% e já tínhamos o problema resolvido e tínhamos mais um compromisso cumprido com os setubalenses.

O que continuamos a defender é exatamente o mesmo e o que pedimos é o vosso apoio para que esta questão seja clarificada, porque ainda não conhecemos nenhuma ação do Partido Socialista no sentido de clarificar esta questão e é o Partido Socialista que Governa. Da parte do PSD e da direita depois daquela tentativa que ficou assim meio escondida, numa recente Assembleia Municipal trouxeram uma proposta que nós subscrevemos para clarificar esta questão, mas depois ou porque tiveram medo de perder o cavalo de corrida e retiraram a proposta porque não quiseram que ela fosse votada quando nós dissemos que apoiaríamos a proposta. Trazer a proposta sim senhor, mas cuidado se ela é aprovada depois vem mesmo a resposta a isto e é uma chatice.

A coerência é esta e continuamos a ter a mesma opinião que sempre tivemos, a mesma posição e pedimos que todas as bancadas ajudem a clarificar esta questão em todas as instâncias onde for possível, porque a Câmara Municipal de Setúbal continua a aguardar o esclarecimento do Governo sobre isto.

Se fosse tão simples já tinha vindo, não é verdade?

Presidente da Mesa – Chamo a atenção de toda a assembleia, de todos os seus deputados para o facto de ser uma hora da manhã e estarmos muito atrasados nos nossos trabalhos e pedia que fizessem um esforço para sintetizarem as vossas intervenções e sobretudo que não se questionassem diretamente para não entrarem em diálogo, o que naturalmente atrasa em muito o andamento dos trabalhos.

Henrique Guerreiro (BE) – Não tencionava intervir neste ponto depois da intervenção do meu camarada Albérico Afonso, no entanto no decorrer desta assembleia volta a acontecer aquilo que já aconteceu noutras assembleias em que discutimos esta temática. Usou-se narrativas absolutamente descabeladas, e o descabelado aqui é no sentido exato do termo, ou seja, não têm princípio, não têm meio e não têm fim. Quero dizer que não há da parte do PCP a convicção de que esta taxa é a taxa que quer aplicar por entender que é o que necessita para cumprir com o quer fazer no concelho, sim ou não? Existe ou não existe essa convicção?

E isso Sr. Presidente e Sra. Presidente da Câmara, para mim é claro que não é por maldade da Sra. Presidente da Câmara e dos seus vereadores que quer aplicar esta taxa. Não é por maldade, mas é cruel Sra. Presidente. Estou seguro que a senhora quer o máximo da receita para efetuar o máximo de obra.

Agora não vale a pena estudarmos, o PCP propôs 0,4% e o PSD ou o PS não quis, então porque é que o PCP não propõe 0,4% aqui?

A ideia de que vai ser necessário recorrermos ao Papa Francisco na próxima visita a Fátima ou a António Guterres quando for Secretário-Geral da ONU com mais um parecer, o qual já têm do anterior Governo.

É completamente descabelada esta discussão, é tempo de sairmos do armário e decidirmos que este é o imposto que queremos aplicar porque precisamos deste dinheiro. Sejam claros

senhores deputados da CDU, esta é a vossa posição e olhos nos olhos devem dizê-lo nesta assembleia.

Não vale a pena andarmos com rodriguinhos de que é o atual Governo que ainda não respondeu. O outro respondeu, mas não era muito claro, lá mais atrás no ano anterior um deputado do CDS fez um pedido. Os senhores esquecem-se que esconderam desta assembleia durante meses o último despacho conjunto. Senhores deputados, frontalidade, é a taxa que vocês entendem, vamos a votos, os senhores sabem que já ganharam, não é necessário manterem o embuste.

Vitor Ferreira (PS) – É para responder ao Sr. Deputado Nuno Marques. Confirmando que realmente deixou uma pergunta no ar sobre as conversas que eventualmente nós teríamos no seio do Partido Socialista e na altura registei e para o descansar vou partilhar uma pergunta que fiz no seio do meu partido. Se no âmbito dos acordos da geringonça eu era obrigado a contar aquilo que fazemos lá no partido, as perguntas que fazemos e garantiram-me que não, da mesma maneira que o Sr. Deputado também não é obrigado a responder a nenhuma pergunta minha sobre o que se passa lá no seu partido.

O que tenho para dizer é que com cavalos de corrida ou com jogos como diz, se quer saber vai ter que continuar a perguntar, mas vou continuar sem lhe responder aquilo que não interessar ao Partido Socialista dizer se fez ou não fez a pergunta. O que se passa no Partido Socialista deve ser provavelmente o que nos interessa.

Paulo Valdez (PSD/CDS) – É para ler o comando do despacho-conjunto do Secretário Estado Adjunto e do Orçamento e do Secretário de Estado da Administração Local com base na nota conjunta da Direção Geral das Autarquias Locais e da Inspeção-Geral de Finanças. Este documento é de 20 novembro de 2015 e foi entregue pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal a todos os membros da assembleia no dia 30 de novembro de 2015 e diz o seguinte: *“O Município de Setúbal atentando a que foi autorizado a celebrar o Contrato de Reequilíbrio Financeiro ao abrigo do Decreto-Lei n.º 322/85, de 6 de agosto, está obrigado a cumprir o conjunto de medidas específicas consagradas no despacho conjunto n.º 1068/2003, de 16 de novembro, em cujo elenco não consta qualquer previsão em matéria de taxas de IMI e a que se vinculou com objetivo de reestabelecer o equilíbrio financeiro, mas não à fixação obrigatória da taxa máxima de IMI.” “...mas não à fixação obrigatória da taxa máxima de IMI.”*

Jerónimo Lopes (CDU) – Só pedi a palavra depois da intervenção do Sr. Deputado Vitor Ferreira, porque tinha alguma expectativa de que viesse dali a tal informação sobre uma posição oficial do Governo e afinal não veio e daí eu ter

Senhor deputado eu estive silencioso em todas as intervenções que houve nesta assembleia, portanto espero, acho que é o comportamento que se deve ter, que tenha o mesmo comigo, se fizer esse favor.

De facto, isso não aconteceu e desde logo eu teria que fazer esta intervenção, mas depois caiu que nem pão e gota, eu estava aqui com o referido despacho e queria continuar a ler aquilo que o senhor deputado Paulo Valdez não fez. O parágrafo a seguir começa: *“Para além disso aquela autarquia, tendo em conta a legislação aplicável...”* E nós temos toda a obrigação de saber o que é que isto quer dizer e se o não sabemos podemos pedir pareceres e opiniões devidamente fundamentadas que já existem. Temos toda a obrigação de saber o que isto quer dizer e o despacho conjunto a que aludimos *“...deve tomar todas as medidas necessárias para atingir as metas constantes do Plano de Reequilíbrio Financeiro assumindo, sendo caso disto, as medidas necessárias...”*

Senhor deputado peço novamente que me deixem intervir sobre o que isto quer dizer, eu até nem sou jurista, da mesma forma que outros não são financeiros e sempre vão falando sobre a matéria. Mas isto claramente obriga à maximização de todas as taxas que dependem do município.

Senhores Deputados e também senhores juristas, é por isso que não aparecem pareceres claros. Não é este, não aparecem despachos, porque mesmo que aparecessem teriam responsabilidade política, mas a seguir haveria um Tribunal sobre o qual compete julgar e que naturalmente não deixaria de o fazer. Como nenhum membro do Governo, seja Secretário de Estado, seja Ministro, quer estar sujeito a uma tutela posterior. Não haverá todos os que vierem. Virão sim, mas talvez “nim”. Será de facto assim.

Agora senhores deputados há uma outra coisa que quero dizer, todos das bancadas do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, CDS-PP têm uma visão clara sobre as dificuldades financeiras da Câmara Municipal de Setúbal, não é colocado em causa, nunca o foi, pelo menos por parte do Partido Social Democrata, pelo PS nem tanto, a contração do Contrato de Reequilíbrio Financeiro e as situações de constrangimento em que a câmara sempre tem estado.

Apesar disso, nos últimos anos em perfeito contraciclo, todos têm muita dificuldade em ignorar aquilo que tem sido o desenvolvimento de Setúbal e as melhorias da qualidade de vida que aqui se têm verificado. Ainda bem que assim é. Tivemos um município de Azeitão a dizer há pouco, em relação a aspetos cruciais, mas concretos da qualidade de vida em Setúbal, que nós também queremos mais. Nós também queremos mais, mas o que quer mais é diálogo que há 15 anos em Setúbal não havia, nem aqui.

Reconhecida que é toda esta situação, o investimento e o aumento da qualidade de vida que se verifica em Setúbal pergunto-vos, principalmente à bancada do Partido Socialista, em que municípios é que os senhores acham que se deve praticar a taxa máxima? Porque se não é num município com Contrato de Reequilíbrio Financeiro que desenvolve uma atividade sem igual, sem paralelo no concelho de Setúbal e em muitos outros, então porque é que não aprovaram os 0,4%?

Porque não é uma questão de centralismo democrático, só se é falta de democracia no centralismo. Assim nós temos aqui uma.

João Luz (CDU) – A minha intervenção vem na sequência da última intervenção do Sr. Deputado Paulo Valdez com uma pergunta diretamente dirigida. Com a sua convicção profunda e a certeza que tem na leitura do Despacho Conjunto se a fez chegar ao resto do seu partido e se os Deputados da Assembleia da República do Partido Social Democrata conhecem essa visão tão determinada e tão definitiva que o senhor deputado tem sobre esta matéria?

Pelos vistos, se calhar, no seu partido é o único com essa opinião. Tem todo o direito, não ponho em causa, a verdade é que os factos estão aí para o demonstrar mesmo na sua força partidária, no quadro da estrutura em que a dúvida persiste e é por isso que colocam a questão ao Ministro Mário Centeno. Porque se tivessem essa certeza que o senhor deputado tem certamente não o fariam, julgo eu.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Não ia intervir e muito menos vou falar aqui de problemas da atual coligação do Governo sobre o que é que aprovaram ou não aprovaram, propostas uns dos outros e a redução da taxa de IMI para 0,4%.

Sinto-me na obrigação de repor a verdade no sentido de ler, mais uma vez, até porque o Sr. Deputado Jerónimo Lopes fez esse desafio e vamos ler o que está escrito nesse despacho dos anteriores Secretários de Estado Hélder Reis e João Taborda da Gama e vou poupar até a

menção aos artigos para não perdermos muito tempo. *“O Município de Setúbal, atendendo ao que foi autorizado, a celebrar o Contrato de Reequilíbrio Financeiro ao abrigo do Decreto (...) está obrigado a cumprir as medidas específicas consagradas no despacho-conjunto n.º (...) em cujo o elenco não consta qualquer previsão em matéria de taxas de IMI e a que se vinculou com objetivo de reestabelecer o equilíbrio financeiro, mas não à fixação obrigatória da taxa máxima de IMI...”*.

Dizia o Sr. Deputado para lermos até ao fim e vamos ler até ao fim *“...para além disso aquela autarquia, tendo em conta a legislação aplicável e o despacho-conjunto a que aludimos, deve tomar todas as medidas necessárias para atingir as metas constantes do plano de reequilíbrio financeiro.”*

Era o que mais faltava! Era o que mais faltava que este Secretário de Estado dissesse que não tínhamos que fixar a taxa obrigatória máxima de IMI, nem cumprir com o Contrato de Reequilíbrio Financeiro. É o que está aqui escrito Sr. Deputado, não há outra interpretação. Para além disso, é evidente que deve tomar todas as medidas necessárias para atingir as metas constantes do Contrato de Reequilíbrio Financeiro.

É uma evidência e para além disso tem que cumprir, mas não é obrigado na afixação obrigatória, volto a citar, da taxa máxima de IMI, e vou ler até ao fim para depois não se dizer que há partes que não li *“...assumindo-se, sendo caso disso, as medidas corretivas necessárias ao cumprimento daquele objetivo.”*

Parece-me isto óbvio. Não têm que cumprir necessariamente a taxa máxima de IMI, têm que cumprir o Contrato de Reequilíbrio Financeiro. É o que isto quer dizer em português, nem sequer em “jurisdês”.

Só para terminar, julgo que esta questão se resolve muito facilmente, estando aqui os partidos que apoiam a atual solução do Governo, a atual solução governativa, a atual maioria, é muito fácil perguntarem aos atuais Secretários de Estado que apoiam, se mantêm ou não o despacho, se mantêm ou não a orientação que foi fixado pelo anterior Governo neste despacho de 20 de novembro.

Diria que a resposta legal, jurídica, democrática, tendo em atenção o princípio da continuidade do Estado é SIM. Mantemos! Mas os senhores é que têm a primeira obrigação, PS, PEV, PCP e BE que apoiam a atual sucessão de Governo, a exigir com o atual Secretário de Estado, de acordo com o princípio da continuidade do Estado, mantenham a interpretação deste despacho do anterior Governo e para isso com certeza que contarão com a bancada do PSD e do CDS.

“Não me cumpre a mim” diz o Sr. Deputado João Luz. Bom, mas a bancada do PSD no Parlamento voltou a perguntar, pois está claro com tanta reversão de tudo a que temos assistido no último ano até se pode reverter o princípio da continuidade do Estado, pode-se reverter o que está na lei, até parece uma dúvida bastante legítima. Senhores Deputados talvez em vez de andarem a remeter questões de um despacho que é claro que tem aqui uma arma.

Permita-me um conselho grátis, exijam aos Secretários de Estado e aos membros do Governo, do vosso Governo do PS apoiado pelo BE, pelo PCP e pelos Verdes, que cumpram este despacho. É tão simples quanto isto, acho eu Sr. Presidente, porque se não estamos aqui de facto a dizer que é uma maçada, não sabemos, vamos esperar... Não!

Exijam o cumprimento de uma regra legal, há este despacho, utilizem-no.

A bem de Setúbal contem comigo!

João Vicente (CDU) – Senhores Deputados, eu não sou jurista, a única coisa que sou capaz de fazer é ler, nem que seja só soletrar, mas seguramente que chego sempre à mesma conclusão.

Todos os pedidos de esclarecimento que foram feitos aos Governos do PS e aos Governos do PSD/CDS, naturalmente que é do vosso interesse, mas não foi possível obter uma resposta inequívoca, as respostas foram sempre pitonisas, rigorosamente pitonisas.

Eu que só sei ler, que não sou jurista, estou disponível para vos fornecer uma interpretação de cada uma das respostas que não deixa tranquilo o executivo do Município de Setúbal se avançasse com uma proposta de outro tipo.

Manuel Fernandes (PS) – Efetivamente já não pensava sequer em intervir, muito menos neste ponto, mas foram levantadas aqui questões que devolvem à bancada do Partido Socialista algum esclarecimento ou alguma aclaração para esta discussão. Nesse sentido tenho que inferir aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Nuno Magalhães que tem dúvidas hoje.

Peço desculpa, mas a intervenção do Sr. Deputado Nuno Magalhães foi de que tinha dúvidas, porque o atual Governo do Partido Socialista não tinha respondido ou não tinha clarificado e todos nós percebemos isso, mas também posso ir buscar a manchete de um diário da nossa região onde está levantada a questão ao Governo do Partido Socialista se subscreve o despacho conjunto do Governo anterior. Quer dizer... é de loucos. Esta é de loucos. O que é certo é que é um facto, aconteceu e foi na nossa região.

Vamos lá ver se nos entendemos. O Contrato de Reequilíbrio Financeiro foi assinado em 2003 com um Governo do PSD, a seguir vem um Governo do Partido Socialista e ninguém perguntou, ninguém questionou o Contrato de Reequilíbrio Financeiro e aí ninguém mostrou dúvidas. Depois do Governo do Partido Socialista, aliás ainda antes do Governo do PS houve um outro que durou muito pouco tempo que até já me esquecia dele, mas infelizmente não nos podemos esquecer e também ninguém questionou nada e o Contrato de Reequilíbrio Financeiro manteve-se. A seguir a esse Governo do PSD veio outro do Partido Socialista e depois já veio outro do PSD do Governo do Passos Coelho e, entretanto, já estamos no último e só agora é que surgem as dúvidas ao PSD e ao CDS para podermos clarificar o que estava escrito há 10 anos ou há 13 anos atrás.

Isto é que é inacreditável! Como é que é possível isto? Agora surgiram dúvidas sobre o que estava escrito há 13 anos atrás. É algo inacreditável.

Pergunto, das duas uma, da parte da bancada da CDU sabemos que é um problema de português, não sabem português, para a próxima o despacho-conjunto possivelmente será escrito em russo ou em mandarim, talvez essa linguagem seja mais proveitosa. Agora a linguagem que nós utilizamos no nosso país é o português e o português foi escrito em 2003 da mesma maneira que ainda é escrito em 2016 e em 2016 surgiram dúvidas que nem existiam em 2003, esta é que é a dúvida.

Presidente da Mesa – Senhor Deputado agradeço que entre novamente no tema e diga o que tem a dizer para continuarmos.

Manuel Fernandes (PS) – O tema é exatamente este, o problema é que não conseguimos compreender a dúvida que levantou a bancada da direita, nomeadamente em relação...

Presidente da Mesa – Está aqui a pôr questões de índole literária e não é isso.

Manuel Fernandes (PS) – Senhor Presidente estou a colocar o ponto de situação. Estou a ver muita agitação na bancada e ia pedir ao Sr. Presidente para poder acabar a minha intervenção, mas com este barulho é um bocadinho difícil.

Presidente da Mesa – É difícil, mas faça um esforço. Fazemos todos um esforço para continuarmos com o nosso trabalho.

Manuel Fernandes (PS) – Torna-se difícil. Queria só terminar dizendo que não houve alteração nenhuma no documento do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, não houve nenhuma alteração no Despacho Conjunto da DGAL e da IGF e se não houve alteração nenhuma, porque razão é que de repente surgem dúvidas à bancada da direita? Era o que gostaria que explicasse.

Nesse caso teriam sempre dúvidas em relação a todos os outros documentos que foram proferidos desde o 25 de abril para cá ou desde a Constituição Portuguesa.

Afonso Luz (CDU) – A questão à volta disto é tão clara que o mesmo Governo que produziu o Despacho Conjunto, tão repetido aqui pelo PSD/CDS, foi o mesmo Governo que através da Inspeção Geral de Finanças e com Despacho do Secretário de Estado Adjunto do Orçamento respondeu ao Grupo Parlamentar à mesma questão suscitada pelo Grupo Parlamentar do CDS referindo o seguinte no ponto 6: *“É neste contexto particularmente exigente que devem ser analisadas as restrições impostas à atualização de receitas próprias, designadamente a definição de taxas máximas sobre os impostos municipais, em particular o IMI e o IMT.”*

Foi a resposta que foi dada pelo vosso Governo.

O mesmo se poderá dizer desse Despacho Conjunto certamente.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – É tão esclarecedora quanto isto. Em 2015 a Autoridade Tributária disse que deveria ser analisada à luz de critérios. Em 2016, no anterior Governo, Despacho Conjunto dos Secretários de Estado dizem que não está obrigado e não vou voltar a maçar-los outra vez ao citar.

Senhor Deputado Manuel Fernandes, eu disse que estava convicto de acordo com o princípio de contrariedade do Estado, que o atual Governo iria manter a palavra (é uma questão de executá-la). Isso é uma questão de honra. Estava à procura de quem era, nem sequer conheço quem é o atual Secretário de Estado, não sei o nome, mas que fique ciente que eu não ofendi a sua honra e não duvido que vai cumprir com este despacho.

Presidente da Câmara – Já correu muita água por debaixo da ponte e como dizem os meus camaradas, *“Já não há mais bandeiras, há o desespero”*, o desespero está patente nestas intervenções. Temos trabalhado muito em prol das populações, não há nada a colocar a não ser um imposto que os Senhores ajudaram a criar e é bom que digam às pessoas, com este cinismo político com que aqui têm a leviandade de defender os municípios de Setúbal e Azeitão *“Os coitadinhos estão a pagar muito”*. Há que dizer às pessoas que o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o CDS/PP foram os responsáveis por fazerem a reavaliação dos imóveis.

Não vão a esse ponto! Vamos falar verdade! É preciso falar verdade!

Estão com tanta pena das pessoas e não dizem às pessoas que a taxa máxima do IMI, que sempre se praticou neste município chamava-se Contribuição Autárquica. Não dizem às pessoas que deixaram este município na miséria, na desorganização, um município feio, onde não vinha ninguém, um município triste, mas sempre com taxas máximas. Agora veem levantar a bandeira *“Os coitadinhos dos setubalenses”*. Os Deputados do Partido Social Democrata e os Deputados do Partido Socialista, que na Assembleia da República foram responsáveis por votarem legislação em relação à reavaliação dos imóveis, veem agora com tanta pena.

Basta de cinismo! Isto é cinismo, é hipocrisia, aquilo que vocês estão aqui a fazer e que fazem na rua!

Pese embora o facto de as pessoas terem que ser muito melhor esclarecidas, pese embora o facto de alguns dos seus militantes já estarem a mandar e-mails para a Câmara Municipal dizendo “Vamos lá baixar o IMI, porque é o IMI mais alto do país”. Isto é demagogia, porque foram os Senhores que fizeram a reavaliação dos imóveis, com o cálculo da taxa máxima do IMI. Hoje, um imóvel que valia determinado valor, não é a mesma coisa que o imóvel depois de reavaliado.

Assumam isso! Vocês foram os principais causadores do valor que as pessoas hoje pagam de imóveis!

É mentira?

Era bom que o Sr. Deputado Nuno Magalhães tivesse alguma seriedade política quando lê esse documento e tivesse a honestidade política de dizer: “*Naquela altura em que foi feito o Contrato de Reequilíbrio Financeiro havia um imposto chamado Contribuição Autárquica*”. É evidente que quem produz esse despacho é uma funcionária da DGAL, que é chefe de divisão da DGAL, militante do Partido Social Democrata, que na altura em que lhe é pedida para fazer esse parecer, a Senhora emite esse parecer que tem o despacho em cima de eleições dos dois Secretários de Estado. Tal como foi dito pelo meu camarada Jerónimo Lopes era bom que vocês vissem um parecer jurídico que foi feito para aclarar essas dúvidas, que foi pedido a um grande jurista da nossa praça, para dizer qual era a sua opinião em relação ao parecer que foi emitido, quer pela funcionária da DGAL, quer pelos Secretários de Estado.

Se há tanta dúvida, porque é que ela não se aclara?

Gostava de saber, “*preto no branco*”!

Já pedimos ao Governo do PSD/CDS e agora fomos pedir ao Governo do Partido Socialista e se for preciso iremos pedir ao próximo Governo. Digam às pessoas porque é que não votaram a tal taxa máxima na Assembleia da República, para resolver este problema? Se é que estavam tão preocupados com Setúbal!

Porque é que os Deputados do círculo do Distrito de Setúbal, na Assembleia da República não votaram a taxa máxima, sabendo que isso poderia aqui resolver parte do problema das pessoas? Porque é que não votaram?

Não está na mão da Câmara!

Gostava de saber porque é que esteve na mão dos seus Deputados (PSD) da Assembleia da República não fazerem a reavaliação dos imóveis?

(registo inaudível)

Presidente da Câmara – Porque é que não respondem a isso?

(registo inaudível)

Presidente da Mesa – Agradeço que não entrem em diálogo, senão não conseguimos terminar.

Presidente da Câmara – Porque é que não respondem às populações o que é que fizeram na Assembleia da República?

Presidente da Mesa – É de facto uma questão inesgotável esta do IMI, porque os despachos a que se referem são absolutamente equívocos e de interpretação...

(registo inaudível)

Presidente da Mesa – Dão-me licença que continue?

São equívocos, não são claros e suscetíveis de interpretações diversas. Essas interpretações diversas levam a apresentação de propostas muito várias. Temos neste momento sobre a mesma questão, três propostas que considero suficientemente e exaustivamente discutidas e que vou pôr à votação. Vou pôr à votação por ordem inversa da sua entrada nesta Mesa. A proposta do Partido Socialista, que propõe em síntese e no seu último ponto, “*Para o IMI dos prédios urbanos um valor de 0,4%*”.

Em relação a esta proposta do Partido Socialista, quem vota a favor?

Henrique Guerreiro (BE) – Sr. Presidente, porque é que a proposta do Partido Socialista é a primeira a ser votada e não é a do Bloco que entrou primeiro ou a da Câmara Municipal que entrou primeiro?

Presidente da Mesa – Penso que expliquei, porque foi a última a entrar na Mesa.

Henrique Guerreiro (BE) – Mas porquê a ordem inversa? Faz parte do Regimento?

Presidente da Mesa – É regimental.

Henrique Guerreiro (BE) – O Regimento está muito mal feito Sr. Presidente.

Presidente da Mesa – É uma opinião do Sr. Deputado que aceito perfeitamente. É uma opinião sua. Mas à parte disso e continuando a votação, peço aos Srs. Deputados que se pronunciem.

Não havendo mais intervenções a proposta do PS foi rejeitada por maioria e em minuta, com 20 votos contra, sendo 19 da CDU e 1 do AC, 15 votos a favor, 10 do PS e 5 do PSD/CDS, e 3 abstenções do BE.

A proposta do BE foi rejeitada por maioria e em minuta, com 20 votos contra, 19 da CDU e 1 do AC, 8 votos a favor, 5 do PSD/CDS e 3 do BE, e 10 abstenções do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, sendo 19 da CDU e 1 AC, 18 votos contra, sendo 10 do PS, 5 do PSD/CDS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 24.

Joel Marques (PS) – Fez seguinte declaração de voto: “*O Partido Socialista tem vindo, ao longo dos anos, a defender uma redução progressiva da taxa de IMI aplicada pelo Município de Setúbal aos prédios urbanos.*

O valor da receita do IMI tem sido crescente ao longo dos anos, com particular relevância após a reavaliação do valor patrimonial dos imóveis levada a cabo pela Autoridade Tributária, e a que este ano se junta a eliminação da cláusula de salvaguarda.

Com efeito, entre 2004 e 2015 o valor arrecadado aumentou mais de 351%, tendo atingido no ano passado 25,3 M €. Compete ao Município a decisão de estancar esta sangria fiscal.

Se a isto somarmos os 5% do IRS pago pelos Setubalenses e Azeitonenses de que a Câmara Municipal pode dispor (e devolver aos cidadãos), facilmente concluímos que o PCP e Os

Verdes, quando no poder, encaram os contribuintes como uma fonte quase inesgotável de rendimento, cuja exploração deve ser maximizada.

Em política tomam-se opções, que devem ser assumidas com clareza e frontalidade. Em Setúbal, a opção do PCP e do PEV é até contrária ao programa eleitoral com que se apresentam às eleições legislativas, e que defende a redução da taxa máxima de IMI para 0,4%. Em Setúbal, governa-se contra tudo e contra todos – particularmente contra os cidadãos. Em Setúbal, ignora-se que o dinheiro dos impostos é dinheiro dos contribuintes.

O Partido Socialista vota contra esta proposta de taxas de IMI, considerando que a aplicação de taxas máximas é uma opção política insensata e que atenta contra os cidadãos. A sustentação das receitas municipais na maximização da carga fiscal é uma política profundamente errada e que onera excessivamente os Setubalenses e Azeitonenses.”

Nuno Marques (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Bancada da CDU continuará a defender a clarificação desta questão e a defender que se diminua a taxa de IMI no concelho de Setúbal. Coerentemente com a sua ação em todas as instâncias onde está representada. Registamos também, que mesmo com os votos contra de todos os outros partidos, o IMI em Setúbal vai baixar.”*

Presidente da Mesa – Vai alta a noite e vai baixo a discussão da Ordem de Trabalhos, onde eu punha a apreciação da Assembleia, a hipótese de suspendermos os trabalhos para os reiniciar numa próxima altura. Peço que se pronunciem sobre esta questão.

Quem pretende falar sobre a hipótese de suspendermos os trabalhos, faz favor.

Nuno Magalhães (PSD/CDS) – Da nossa parte não temos nada a opor essa sua sugestão.

Henrique Guerreiro (BE) – Não temos nada contra essa opinião e subscrevemo-la.

Nuno Marques (CDU) – A bancada a CDU julga que há todas as condições para levar esta sessão até ao final. Considerando que hoje é uma sexta-feira, mesmo aqueles que amanhã têm que ir trabalhar também concordam com a continuidade dos trabalhos, que já não deverão demorar assim tão mais.

Presidente da Mesa – O Partido Socialista não se pronuncia?

Parece que a opinião maioritária é a de continuarmos os trabalhos e assim vai suceder.

4. Deliberação n.º 330/16 - Proposta n.º 86/2016 – DAFRH/DIGEF – Finanças Municipais – Lançamento de Derrama para 2017

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC e 4 abstenções do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Presidente da Mesa – Há uma proposta do Bloco de Esquerda que foi distribuída e que é do conhecimento de todos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 25.

“Lançamento de derrama para 2017

A Assembleia Municipal de Setúbal reunida no dia 25 de novembro de 2016 delibera:

1. Lançamento para o ano de 2017, de uma Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) gerado na área geográfica do Município, com afetação às despesas de investimento incluídas no Plano Plurianual de Investimentos, as demais do Plano de Atividades Municipais e às restantes despesas orçamentais

2. Tendo em consideração que as políticas de fomento de emprego constituem um objetivo com um alcance social que beneficiará o conjunto da comunidade e que por essa via será um estímulo ao próprio equilíbrio das contas da Câmara Municipal de Setúbal.

A Assembleia Municipal delibera a isenção de Derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros.”

Maria do Rosário Amaral (BE) – Vou só ler o ponto 2, que é a justificação para apresentarmos esta proposta. “Tendo em consideração que as políticas de fomento de emprego constituem um objetivo com um alcance social que beneficiará o conjunto da comunidade e que por essa via será um estímulo ao próprio equilíbrio das contas da Câmara Municipal de Setúbal. Com vista a atingirmos este objetivo o Bloco propõe a “isenção de Derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros”. Isto permitiria aliviar um bocadinho estas empresas mais pequenas o que potenciará alguma criação de emprego e estimularia alguns negócios na cidade de Setúbal.

Afonso Luz (CDU) – Compreendemos a intenção desta proposta, mas achamos que se trata de uma derrama de 1,5% que é aplicada sobre os lucros das empresas. Em primeiro lugar é preciso que as empresas tenham efetivamente lucro.

As empresas que têm um volume de negócios anual inferior a cento e cinquenta mil euros, o que é que isto representa de alguma redução que se possa fazer aqui nesta derrama?

Que expressão é que isto tem e que relevância é que tem, que através disto se possa contribuir para o fomento do emprego ou para objetivos de alcance social?

Não entendemos isto!

Sobre o “beneficiar do conjunto da comunidade”, ninguém terá dúvidas que o conjunto da comunidade sairá sempre beneficiado, porque a Câmara Municipal utilizará as verbas resultantes desta derrama, precisamente em benefício de toda a comunidade.

Ausentaram-se da sala de sessões os Srs. Deputados Nuno Magalhães da coligação PSD/CDS, José Luis Barão e Marco Costa do PS.

Não havendo mais intervenções foi colocada a votação a proposta apresentada pelo Bloco que Esquerda, tendo a mesma sido rejeitada por maioria e em minuta, com 20 votos contra, sendo 19 da CDU e 1 AC, e 15 a favor, sendo 8 do PS, 4 do PSD/CDS e 3 do BE.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, sendo 19 da CDU e 1 do AC, 7 votos contra, sendo 4 do PSD/CDS e 3 do BE, e 9 abstenções do PS conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 26.

5. Deliberação n.º 331/16 - Proposta n.º 87/2016 – DAFRH/DIGEF – Participação Variável no IRS

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC e 4 votos contra do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Presidente da Mesa – Há uma proposta do Bloco de Esquerda que foi distribuída e que é do conhecimento de todos conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

“Redução da taxa variável de IRS

De acordo com a alínea d) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 19.º e seguintes, da mesma Lei; Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 19.º e do n.º 1 do artigo 20.º, ambos da referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5 %, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, participação essa calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS;

Na ausência de deliberação ou de comunicação por parte do município, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e respetivas alterações, o município tem direito a uma participação de 5 % no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), conforme disposto no artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro.

Considerando que a situação socioeconómica que as famílias atravessam, com elevada taxa de desemprego, baixos salários e pensões, exige medidas de emergência social que atenuem a severidade de quem apenas vive do seu salário ou pensão,

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 25 de novembro de 2016, decide: Nos termos do disposto na alínea h) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 4/2002, de 6 de Fevereiro, e 9/2002, de 5 de Março, e Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, e na alínea d) do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, com as respetivas alterações, a Assembleia Municipal de Setúbal aprova uma participação de 2,5 % relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, garantindo desta forma a devolução de 2,5% aos contribuintes.”

Henrique Guerreiro (BE) – A discussão deste ponto, como do anterior, praticamente estava feita quando discutimos o Orçamento, quando discutimos o IMI e quando discutimos a Derrama, porque conhecemos qual é a opinião da maioria, que entende que os 5% de participação de IRS devem ficar nos cofres da Câmara Municipal e nós entendemos que esse valor deve ser partilhado com os contribuintes e que aos mesmos deveriam ser devolvidos 2,5%, situação que a acontece em imensas Câmaras deste país. Esta proposta não é retórica, mas é para que possamos chamar as coisas pelos seus nomes, para dar oportunidade aos Srs. Deputados da CDU de poderem votar de forma diferente. Sabemos que não vai ser assim, isto é, crónica e idêntica às outras, de uma proposta recusada, porque a sofreguidão tomou conta do executivo.

João Luz (CDU) – Agradecemos esta preocupação do Bloco de Esquerda com os sentidos de voto da bancada da CDU. Relativamente a esta proposta de redução da taxa variável de IRS, nós já em outros momentos nesta Assembleia, temos dado a nossa opinião sobre esta hipótese que tão bondosamente a Administração Central e os Governos atiraram para as Autarquias Locais. Estamos a falar de um determinado tipo de imposto sobre o rendimento progressivo, importa saber quem o paga, importa saber que infelizmente muitos portugueses não pagam IRS, porque não têm rendimentos para tal e importa saber quem beneficia dos tais 5%, de que o Bloco de Esquerda aqui pretende prescindir de 2,5%. A nossa opinião sobre esta matéria é o defender que estes 5% de taxa variável de IRS, devem servir para contribuir para uma melhor perceção de serviço público por parte da Autarquia, que justiça social e reduções de IRS, designadamente para aqueles que têm menores rendimentos, devem ser feitos por via da Assembleia da República e da diminuição de receitas na Administração Central e não por parte do conjunto dos municípios, que na prática e na realidade são quem democratizam o investimento público no nosso país.

Relativamente a este conjunto de propostas que o Bloco de Esquerda hoje aqui nos trouxe “*Redução de taxa variável de IRS*”, “*Redução das taxas máximas de IMP*”, “*Isenção de Derrama*”, não deixava de perguntar ao Bloco de Esquerda se tem algum cálculo ou alguma ideia do que é este conjunto de propostas representaria, se tivessem sido aprovadas, em termos de diminuição de arrecadação de receitas por parte do município e o que é que esse valor representaria em termos de prestação de serviços públicos às populações?

Joel Marques (PS) – O Partido Socialista acompanhará a proposta do Bloco de Esquerda para devolução de rendimentos aos cidadãos.

Henrique Guerreiro (BE) – Uma resposta simples ao Deputado Afonso Luz. Estamos habituados neste município e na generalidade dos municípios, a que os executivos municipais, à falta de argumento político, peçam aos membros da Assembleia Municipal que apresentem as “*continhas*” de quantos euros, que projetem os dados para as finanças do município. Aquela frase do António Guterres “*É só fazer as contas*”, aplica-se. Não temos uma grande dificuldade, porque temos sempre por parte da bancada da CDU quem faça as “*continhas*”. O Deputado Afonso Luz há pouco dizia: “*Isso é muito pouco para as pessoas*”. Sr. Deputado Afonso Luz posso-lhe dizer que significa muito para as pessoas a redução de 2,5%. O Sr. Deputado achará que é importante para fazer obra. Que obra Sr. Deputado, que obra? Como melhora a vida das pessoas, quando vão ao supermercado, quando vão ao médico? Não é demagogia?

É a vida das pessoas! É a vida das pessoas que o PCP defende, propondo baixa de impostos, mas na Câmara Municipal de Setúbal são impostos altos.

Democracia lá longe, finanças duras ao pé da porta!

Conhecemos!

É a velha história das bombas nucleares boas e das bombas nucleares más!

João Luz (CDU) – Esta intervenção é uma intervenção que já nos vem habituando o Sr. Deputado Henrique Guerreiro. Não foge muito do estilo e do próprio conteúdo, a verdade é que o Sr. Deputado na sua intervenção, aquilo que nos diz, relativamente ao conteúdo das suas propostas não faz a mínima ideia do que é que elas significam. É isso que o Senhor Deputado aqui disse. É isso que registámos!

(registo inaudível)

Henrique Guerreiro (BE) – Não conte com um batalhão de Deputados a preparar uma Assembleia, como os Senhores contam. Uma bateria de funcionários municipais que preparam uma Assembleia.

João Luz (CDU) – Deixe-me concluir

Henrique Guerreiro (BE) – Intervenção inaudível

João Luz (CDU) – Não se enerve!

Presidente da Mesa – Peço desculpa, mas chamava a atenção dos Srs. Deputados, não é por falarem muito alto que se ouve melhor. Falem em tom mais audível e mais baixo.

João Luz (CDU) – Agradeço muito a sua interpelação e o vigor das suas palavras. Precisávamos de perceber qual é o critério desta proposta. Porque é que o Senhor apresenta uma redução na participação variável de IRS de 2,5% e não apresenta de 2% ou de 1%, ou que o município abdicasse da totalidade. O Senhor conhece as preocupações e a situação das pessoas. Quem é que paga IRS? Diga-nos lá quem é que paga o IRS?

Henrique Guerreiro (BE) – São os portugueses... (gravação inaudível)

João Luz (CDU) – O Senhor Deputado pode fazer o que quiser, nós percebemos que o objetivo do Bloco de Esquerda, aliás vem explícito...

Presidente da Mesa – Srs. Deputados pedia-vos para não entrarem em diálogo, assim não chegamos a nenhuma conclusão. Estão-se a fazer perguntas por ventura irrespondíveis. Não é possível!

João Luz (CDU) – Nós percebemos e compreendemos que o objetivo do Bloco de esquerda, aliás bem enunciado numa iniciativa do Partido Socialista, é a tal esquerda radical que pretende salvar o capitalismo. Percebemos que esta aversão que o Bloco de Esquerda tem ao serviço público, ao responder aos problemas e aos anseios das populações e a esta demagogia populista, inflamada, a verborreia toda do radicalismo, é uma coisa que nos faz apreciar muito o estilo e o conteúdo das suas intervenções.

Jerónimo Lopes (CDU) – No fundamental vou colocar a mesma questão do meu camarada Afonso Luz, mas de outra forma. Percebo que é muito difícil o vosso papel, de qualquer uma das bancadas, a do Bloco de Esquerda não é mais fácil desse ponto de vista, mas coloco a pergunta de outra forma.

O senhor Deputado falou e também perguntou como é que a arrecadação desses impostos é utilizada?

Vou colocar e dou-lhe razão num aspeto. O Senhor tinha razão há pouco quando dizia que Orçamento deveria ser discutido e votado a seguir, porque esta pergunta far-lhe-ia nessa sede. O que é que pretenderiam os Senhores?

Que a Câmara deixasse de executar com as verbas que deixaria de arrecadar, ainda que possam não estar devidamente contabilizadas da vossa parte?

Pergunto-lhe desta forma: era na requalificação do Parque Escolar que os Senhores defendiam que fossem retiradas verbas? Era no desenvolvimento cultural, na programação e eventos? No desporto? Na promoção turística e nos reflexos que tem e também nas condições que são criadas para ao desenvolvimento da hotelaria, do comércio e dos serviços em Setúbal? Os postos de trabalho e a qualidade dos postos de trabalho que isso também pode criar? Era na higiene urbana que iríamos cortar? Querem os Senhores voltar a 2001?

Há pouco a Sra. Presidente referiu como todos nós tínhamos vergonha, se alguém ousava vir visitar Setúbal, porque Setúbal era aquilo que era e em 2001, recordo-vos, ganhou o galardão do concelho mais sujo do país.

Era nos espaços verdes que os Senhores iriam poupar? Nas bibliotecas e museus?

Seria talvez no Convento de Jesus! Se calhar a adjudicação da segunda fase das obras de requalificação, que algumas bancadas achavam há uns anos atrás, que a Câmara não se devia meter, porque não tinha dinheiro para isso. Há intervenções que constam em ata, que a Câmara Municipal de Setúbal não se devia meter, porque não tinha dinheiro para isso. É isso que os Senhores acham que esta Câmara deveria deixar cair? Gostava que respondessem.

Nuno Marques (CDU) – Não vou perguntar se tem os números. Ninguém tem obrigação de ter todos os dados para isto, mas convém sabermos como é que sustentamos as propostas que fazemos. Por alguma razão, propõem uma determinada percentagem e têm que ter alguma noção do alcance que isso possa ter.

Independentemente dessa questão, a proposta tem um considerando que é a elevada taxa de desemprego, os baixos salários e as baixas pensões. Os desempregados e as pessoas que têm baixos salários e baixas pensões não pagam IRS. O objetivo que elencam na apresentação da proposta não é alcançado, caso ela fosse aprovada. Nós concordamos com a alteração dos descontos sobre os impostos do rendimento do trabalho. Ao que parece o Partido Socialista concordou e manifestou o acordo com a proposta do Bloco de Esquerda. Julgo que estão reunidas as condições, para em sede própria, que é na Assembleia da República fazer baixar os impostos sobre os rendimentos do trabalho, porque nós defendemos vigorosamente essa proposta. Aquilo que se decide em sede municipal é uma gota de água. Estamos a falar de uma participação de 5%. Isto é quase irrelevante naquilo que é o rendimento da maioria das pessoas, daqueles que têm de pagar IRS. Em sede da Assembleia da República é que é possível fazer baixar o esforço fiscal sobre os rendimentos do trabalho, que nós concordamos.

Henrique Guerreiro (BE) – Dizer àquele Deputado da CDU que me interpelou, sobre o que é que se deixava de fazer, se era na educação, se nos jardins, se na cultura, se era no desporto. O Senhor Deputado acredita que há outras despesas na Câmara Municipal para além dessas, estou seguro que acredita. Acredita que em pessoal, em assessores, em consultores, em contratar advogados como o Dr. Barreiros, pois não havia melhor advogado que o Dr. Barreiros, esse democrata de longa data.

Não havia onde gastar mais dinheiro que não fosse nos chamados “*liftings*” aos edifícios públicos, forrando candelabros de bronze com um tule digno suburbano. O senhor Deputado sabe quanto custou a pintura deste edifício que estava em bom estado?

Sabe quanto é que custa a pintura da Casa da Baía que estava em bom estado?

Sabe quanto é que pagámos? Os Senhores devem saber!

Presidente da Mesa – Onde querem chegar com essas perguntas todas? A que esclarecimento é que querem chegar?

Senhor Deputado Albérico Afonso dou-lhe a palavra para continuar.

Henrique Guerreiro (BE) – (...) é fazer as continhas. Informe-se quanto é que custou o “*lifting*”.

Presidente da Mesa – Sr. Deputado Albérico Afonso faça o favor de intervir para ver se tranquiliza o ambiente.

Albérico Afonso (BE) – Vou tentar tranquilizar depois desta excitação, da maneira como a cartilha JCP foi jogada numa disputa ideológica de baixa categoria.

Acho muito curioso que a narrativa do PCP, em relação a considerar que “*É rico quem recebe mais do que o ordenado mínimo nacional*” é muito parecido com a da direita, que até há pouco tempo tudo servia para esbulhar os contribuintes. Essa frente unida em relação à unidade para o esbulho, naturalmente não deixo de registá-la.

Em relação às contas, já o dissemos aqui mais do que uma vez, quais são as condições técnicas que são dadas por este município aos deputados da oposição em termos de ter o mínimo de apoio técnico! Aqui nem sequer têm “*um quarto da casa de banho*” para reunir, não têm o mínimo de apoio para poder fazer os seus estudos. Acho muito curioso quando se interpela as bancadas da oposição, nomeadamente em relação ao Bloco de Esquerda, sobre quais foram as contas que foram feitas, quando se sabe que para se ter opinião, para preparar o trabalho de casa, para intervir nesta assembleia, são precisas muitas dezenas de horas para ter uma posição justificada e ter uma posição que tenta representar os munícipes. É muito simples, quando existe unicamente um porta-voz, que pode ser acolitado por dezenas de técnicos, fazer um tipo de intervenção diferente. Era sobre estas questões que toda a gente se devia pronunciar.

É óbvio que, quem não compreende que esta proposta significa um sinal político que deveria ser dado pelo executivo, de não estar a militar junto com aqueles que noutros sítios do país contribuem para que os setubalenses sejam os cidadãos deste país que mais impostos pagam. Era essa questão que aqui está em causa. As propostas do Bloco de Esquerda iam no sentido de darmos sinais de inverter esta situação.

Quem não percebe isto e vem com argumentos de baixa política, não é um grande contributo para melhorar o debate.

A proposta apresentada pelo BE foi rejeitada por maioria e em minuta, com 20 votos contra, sendo 19 da CDU e 1 AC, e 17 votos a favor, sendo 9 do PS, 5 do PSD-CDS e 3 do BE.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, sendo 19 da CDU e 1 do AC, 17 votos contra, sendo 9 do PS e 5 do PSD/CDS, e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

6. Deliberação n.º 335/16 - Proposta n.º 91/2016 – DAFRH – Empréstimo a médio e longo prazo – Atualização do mapa de investimentos

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC, 3 abstenções do PS e do BE e 1 voto contra do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, sendo 17 da CDU e 1 do AC, 5 votos contra do PSD/CDS e 12 abstenções, sendo 9 do PS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

7. Deliberação n.º 336/16 - Proposta n.º 92/2016 – DAFRH – Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais 2017 – Alterações – Fundamentação

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC, 3 abstenções do PS e do BE e 1 voto contra do PSD/CDS conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Manuel Esteves (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, com 4 votos a favor da CDU e AC e 4 abstenções do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável, com 2 votos a favor da CDU e 4 abstenções do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, sendo 19 da CDU e 1 AC, 5 votos contra do PSD/CDS, e 13 abstenções, sendo 10 do PS e 3 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

8. Deliberação n.º 333/16 - Proposta n.º 89/2016 – DAFRH/DIGEF – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2017

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC e 4 votos contra do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, sendo 19 da CDU e 1 AC, 8 votos contra, sendo 5 do PSD/CDS e 3 do BE, e 10 abstenções do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

9. Deliberação n.º 332/16 - Proposta n.º 88/2016 – DAFRH/DIGEF – Designação do Revisor Oficial de Contas do Município para o ano de 2017

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 5 votos a favor da CDU e AC e 4 abstenções do PS, PSD/CDS e BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Ausentou-se da sala de sessões o Senhor Deputado Paulo Valdez.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS e 1 AC, 4 votos contra do PSD/CDS e 3 abstenções do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

10. Deliberação n.º 329/16 - Proposta n.º 03/2016 – GAF – Adenda à proposta n.º 02/GAF/2014 (Contratos Interadministrativos celebrado entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do concelho de Setúbal para o mandato 2013-2017). – Contrato Interadministrativo com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Setúbal – Na área da limpeza de edifícios municipais

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, com 8 votos a favor da CDU, PS, BE e AC e 1 abstenção do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

11. Deliberação n.º 320/16 - Proposta n.º 24/2016 – DAAE/SAEN – Aprovação da alteração do Anexo I ao Contrato de Concessão da Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, celebrado entre o Município de Setúbal e a EDP Distribuição

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Manuel Esteves (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.



12. Deliberação n.º 337/16 - Proposta n.º 54/2016 – DURB/DIPU/GAPU – Alteração ao Plano Diretor Municipal de Setúbal – Cariz Regulamentar / Áreas de Pócoilos e Alto da Guerra

Manuel Esteves (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

José Belchior (Presidente da Junta de freguesia de Gâmbia Ponte e Alto da Guerra) – Que fique aqui salientado, em relação ao acesso dos moradores que habitam nas traseiras deste edifício, que irá ser ampliado com a alteração do PDM, a salvaguarda do acesso dos moradores pelas traseiras do edifício, tal como têm atualmente.

Maria do Rosário Amaral (BE) – Para reforçar aquilo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse, que tem a ver com a ampliação do lar de idosos no Alto da Guerra, que nas obras venham ser autorizadas e isso já foi votado na reunião da comissão. Que o acesso aos moradores, que ficam na parte de trás, que não seja cortado e seja melhorado o acesso, porque está em muito mau estado.

Também havia uma questão relacionada com as águas pluviais, quando chovia muito, o facto de estar lá o lar, também prejudicava os moradores. Com estas obras de ampliação, que vão ser enquadradas com esta alteração, que isso possa ser resolvido.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 33 votos a favor, sendo 19 da CDU, 10 do PS, 3 do BE e 1 AC, e 4 abstenções do PSD/CDS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

13. Deliberação n.º 328/16 - Proposta n.º 20/2016 – GAP – Protocolo com a Coral Europa para a realização da série televisiva intitulada provisoriamente “Max Júnior”

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.



14. Deliberação n.º 350/16 - Proposta n.º 119/2016 – DCED/DICUL – Regulamento do Concurso Set'Curta – Concurso de apoio a projetos de criação na área do cinema de curta-metragem

Anita Vilar (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais deliberou dar parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 20.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

15. Deliberação n.º 343/16 – Proposta n.º 11/2016 – DOM/SMHAB – Alienação de fogos de património municipal – fixação dos valores de venda na Alameda das Palmeiras (1.ª fase) e Afonso Costa (1.ª e 2.ª fases) e retificação dos valores de venda na Qta. Sto. António - INCLUSÃO

Sr. Presidente da Mesa – Proponho à Assembleia a inclusão na Ordem de Trabalhos de uma proposta que não foi em tempo considerada pela Comissão Permanente, embora seja do conhecimento das comissões a que o assunto respeita e que é a Deliberação n.º 343/16 – “Alienação de fogos de património municipal – Fixação dos valores de venda na Alameda das Palmeiras 1.ª Fase e Afonso Costa 1.ª e 2.ª Fase, e retificação dos valores de venda na Quinta de Santo António”. Propõe-se a inclusão desta deliberação como ponto n.º 15 da Ordem de Trabalhos.

Não havendo intervenções foi a inclusão aprovada por unanimidade e em minuta.

João Vicente (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças, antes de submeter a apreciação entendeu votar a sua admissão por não ter sido tomado conhecimento do seu conteúdo atempadamente, resultante a seguinte votação: 5 votos a favor da CDU e AC, 2 abstenções do PSD/CDS e BE e 2 votos contra do PS.

A Comissão emitiu parecer favorável, com 6 votos a favor da CDU, PSD/CDS e AC. O PS e o BE entenderam não ter condições de votar a proposta por só terem tido conhecimento da mesma no início da reunião, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 18.

Manuel Esteves (PS) – A Comissão de Ambiente, Urbanismo e Mobilidade decidiu que caso esta proposta seja integrada na sessão ordinária de 25 de novembro, o seu parecer será favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 19.

Presidente da Câmara – Queria publicamente dar uma saudação à Chefe de Divisão desta área, que tem feito um trabalho extraordinário com todos os bairros sociais.

Esta era uma proposta por demais importante para ser admitida, para não ser só discutida daqui a dois meses, tendo em linha de conta que isto é um desejo das pessoas de há muito tempo, para alienação destes imóveis.

Naquilo que diz respeito ao município, sempre que temos condições para fazer o abaixamento, na redução deste valor que consta na proposta. Os imóveis têm uma redução de 30% na sua alienação e tendo em linha de conta que há pessoas que podem pagar a pronto, vão ter uma redução de mais 20%, significa que terão uma redução de 50%.

Sempre que o município pode, nós conseguimos dar melhores condições às pessoas, como é o caso desta proposta.

Agradecer a todos, em nome dos moradores, por terem aceite a integração desta proposta, porque há pessoas a quererem imediatamente começar a fazer o processo de aquisição da sua casa.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, o qual foi aprovado por unanimidade.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, contém cinquenta e quatro folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram duas horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de novembro, de dois mil e dezasseis.

O Presidente da Mesa



Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa



Alberto Manuel de Sousa Pereira

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa, Manuel Cordeiro e Vitor Marcos

Verificada: Ana Cristina Claro

Revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa

Sempre que o município pode, nós conseguimos dar melhores condições às pessoas, como é o caso desta proposta.

Agradecer a todos, em nome dos moradores, por terem aceitado a integração desta proposta, porque há pessoas a quererem imediatamente começar a fazer o processo de aquisição da sua casa.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, o qual foi aprovado por unanimidade.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e quatro de fevereiro e de três de março, de dois mil e dezassete, contém cinquenta e quatro folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram duas horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de novembro, de dois mil e dezasseis.

O Presidente da Mesa



Rogério da Conceição Palma Rodrigues

O Primeiro Secretário da Mesa



Alberto Manuel de Sousa Pereira

A Segunda Secretária



Yolande Paule Juliette Cloetens

Elaborada e processada por: Helena Rosa, Manuel Cordeiro e Vítor Marcos

Verificada: Ana Cristina Claro

Revista por: Alberto Sousa Pereira, Primeiro Secretário da Mesa